

PATRICIA DE CASTRO TRINDADE

As Estruturas Mentais de um Português do
Século XVIII: *Jerônimo Soares Barbosa*

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, área de concentração: Lingüística de Língua Portuguesa, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz da Veiga Mercer

CURITIBA
1989

AS ESTRUTURAS MENTAIS DE UM PORTUGUÊS
DO SÉCULO XVIII: *JERÔNIMO SOARES BARBOSA*

por

PATRÍCIA DE CASTRO TRINDADE

Dissertação aprovada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Letras,
pela Comissão formada pelos professores:

ORIENTADOR:

Professor José Luiz da Veiga Mercer

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Ao Professor José Luiz da Veiga Mercer, mentor desta pesquisa, por sua orientação exigente, sempre acertada, e, principalmente, por ter acreditado em mim, confiando-me esta tarefa,

ã Professora Etelvina Maria de Castro Trindade, minha mãe, modelo de profissional, pelas inúmeras horas de lazer que sacrificou orientando-me nessa caminhada e por nunca ter-me deixado fraquejar,

ao Professor José Borges Neto, lingüista de ampla visão, que sempre compreendeu e estimulou este trabalho, por sua disponibilidade em lê-lo e discuti-lo comigo,

ao Professor Sérgio Odilon Nadalin, pelas brilhantes observações e pacientes leituras que ajudaram a dar a esta pesquisa sua configuração atual,

a C.A.P.E.S., Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, pelo financiamento sem o qual esta dissertação não seria possível,

a Aymara Ribas que tão conscienciosamente cuidou das referências e citações bibliográficas da pesquisa,

às minhas amigas, porque quem tem amigos nunca está só,

ao meu pai, meu amigo, que sempre estimulou minha vida
intelectual,

Muito obrigada.

SUMÁRIO

	PÁGINA
Resumo	vi
INTRODUÇÃO - A respeito de pensar e de falar	1
Notas de referência	6
CAPÍTULO I	7
1.1 A Europa fala sobre o pensar	8
1.2 O mundo pensa sobre o falar	32
Notas de referência	51
CAPÍTULO II	55
2.1 Portugal nasce e pensa	56
2.2 Portugal também fala	68
Notas de referência	79
CAPÍTULO III	82
Um português fala bem alto	83
Notas de referência	111
CONCLUSÃO	113
Considerações sobre algumas maneiras de pensar o falar	114
Notas de referência	117
ANEXOS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

RESUMO

Este trabalho tem como objeto o estudo do gramático português Jerônimo Soares Barbosa e sua obra, com o objetivo de estabelecer aproximações entre o contexto histórico e filosófico de sua época e as estruturas mentais do autor.

Para o desenvolvimento dessa análise seguem-se as seguintes linhas de trabalho:

- a) estabelecimento da conjuntura européia do período moderno, de forma a abranger o conjunto da sociedade, com ênfase nas mentalidades e no pensamento filosófico e lingüístico;
- b) levantamento do panorama filosófico em Portugal na Idade Moderna, valorizando as mentalidades e o pensamento lingüístico;
- c) análise de Jerônimo Soares Barbosa em sua circunstancialidade, nas dimensões de homem público, de pensador e de lingüista;
- d) elaboração das conclusões finais sobre o estudo e os objetivos propostos.

As respostas obtidas pela análise realizada conduzem à obtenção de um perfil do autor. Ele é caracterizado como um homem público em consonância com o regime vigente em seu país, um pensador que soube sintetizar as idéias de seu período e um lingüista com propostas avançadas para a época, em Portugal.

Jerônimo Soares Barbosa e sua obra podem, portanto, ser considerados um marco na história da Lingüística portuguesa.

RÉSUMÉ

Cette recherche est centrée sur l'étude du grammairien portugais Jerônimo Soares Barbosa et son oeuvre, ayant pour but l'établissement de quelques approches entre le contexte et la pensée de son époque, et ses structures mentales.

Dans son développement, cette étude a tenu compte des lignes d'analyse suivantes:

- a) l'établissement de la conjoncture européenne de la période moderne, de façon à comprendre l'ensemble de la société, surtout les mentalités et la pensée philosophique et linguistique;
- b) l'élaboration du cadre philosophique au Portugal à l'Age Moderne, en mettant en valeur les mentalités et la pensée linguistique;
- c) l'analyse de Jerônimo Soares Barbosa dans son contexte, en tant qu'homme publique, penseur et linguiste;
- d) l'aboutissement à des conclusions finales sur l'étude et les objectifs proposés.

Les analyses ont fourni à cette étude des réponses qui conduisent à un certain profil de l'auteur. Il apparaît comme un homme publique engagé à l'idéologie administrative de son pays, un penseur qui a su réaliser la synthèse des idées de sa période, et un linguiste ayant des propositions innovatrices dans le contexte culturel de son pays à cette époque. Il est just donc de

considérer Jerônimo Soares Barbosa ainsi que son oeuvre d'une importance décisive dans l'histoire de la Linguistique portugaise.

INTRODUÇÃO

A RESPEITO DE PENSAR E DE FALAR

Não há enunciados isolados. Um enunciado pressupõe sempre enunciados que o precederam e aqueles que o sucederão; ele nunca é o primeiro, nem o último; ele é apenas um elo duma cadeia e não pode ser estudado fora dessa cadeia. MIKHAIL BAKHTIN

A Lingüística como ciência apresenta ainda muitas áreas que permanecem pouco estudadas. Entre elas inclui-se sua própria História, cujos estudos apresentam comumente um caráter geral e procuram dar conta de toda a evolução do pensamento lingüístico desde seu início até a atualidade. Essa abordagem é possível em virtude da própria tendência da ciência lingüística que " como qualquer outra ciência constrói sobre o passado; e assim o faz não somente desafiando e refutando doutrinas tradicionais, mas também desenvolvendo-as e reformulando-as."¹ A orientação que tem presidido comumente as obras conhecidas em história da Lingüística, como as de Thurot,² Mounin,³ Robbins⁴ e Arens⁵ apresenta um caráter generalizante, impedindo maior aprofundamento de determinadas épocas, autores ou obras.

Mas, por outro lado, a evolução da Lingüística produziu um aparato teórico que viabiliza atualmente análises críticas mais acuradas. O grau de aperfeiçoamento da sistematização das correntes atuais na área da Lingüística, possibilita, por exemplo, análises de gramáticas em que se captam traços genotípicos

e fenotípicos das línguas. Logo, tanto os estudos puramente descritivos, como os de caráter taxionômico, foram abandonados dando vez aos estudos que situam seu objeto dentro de uma dinâmica de relações. São pertinentes, portanto, trabalhos que se detenham na análise e na contextualização de um ou mais aspectos de determinadas obras ou autores.

Com base nessa posição, o presente trabalho coloca-se no marco de crescente interesse pelo estudo do gramático português Jerônimo Soares Barbosa e sua obra máxima, *a Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*⁶. Apesar do autor figurar no grupo dos gramáticos que despertam a curiosidade dos lingüistas contemporâneos, muito pouco foi realmente publicado sobre ele. Existe, portanto, a necessidade de uma pesquisa que o situe dentro do quadro da produção gramatical, a partir dos contextos lingüístico, filosófico e histórico do século XVIII.

Assim, ficando claro que para se compreender o autor é preciso buscá-lo em seu tempo, a complexidade dessa tarefa vai exigir incursões em áreas afins à ciência lingüística como a História, a Sociologia e a Filosofia.

No campo da História, é preciso ao menos tangenciar os subsídios fornecidos pela recente História das mentalidades, cuja presença em território lingüístico se explica a partir das palavras de Le GOFF: "*A história das mentalidades não pode ser feita sem estar estreitamente ligada à história dos sistemas culturais, sistemas de crenças, de valores, de equipamento intelectual no seio dos quais as mentalidades são elaboradas, viveram e evoluíram.*"⁷

A utilização da interdisciplinariedade na condução de uma pesquisa deve ter sempre em mente o diálogo entre as diversas

ciências humanas, na medida em que o contato e o debate permanente entre elas inclui o intercâmbio entre suas problemáticas, métodos e técnicas.⁸

Partindo desses fundamentos, a pesquisa pretende percorrer uma sucessão de momentos. O *primeiro*, para destacar as múltiplas características do contexto europeu da Idade Moderna, acompanhando paralelamente seu processo lingüístico. Essa investigação focaliza, de início, os aspectos históricos e filosóficos; em seguida, aborda o desenvolvimento da ciência lingüística, buscando organizar os dados obtidos em temas convergentes. O *segundo* momento tem vistas ao exame do contexto histórico, filosófico e lingüístico em Portugal, na Idade Moderna e conseqüente produção gramatical no período. Tratando de uma realidade peculiar, o esquema de abordagem precisa adaptar-se às novas conjunturas. O *último* momento esboça a figura do gramático que emerge das inter-relações efetuadas, respeitando as particularidades de seu ambiente e de sua pessoa.

Esses procedimentos não esgotam a vastidão dos conceitos trabalhados e propõem-se a seguir uma linha metodológica que procure resgatar a unidade do trabalho em todas as suas relações.

Paralelamente a esses momentos, há dificuldades que se impõem. Inicialmente, o ineludível problema da distância espacial entre o cenário onde viveu a personagem em tela, Jerônimo Soares Barbosa, e o contexto geográfico, temporal e mental em que se cumpre o presente trabalho, o que impede um contato direto com fontes primárias sobre o tema. Em conseqüência, as fontes disponíveis são escassas, contando-se apenas com a gramática do autor e algumas referências sobre ele encontradas em dicionários biográficos. É inviável encontrar-se em bibliotecas, cen-

tros de estudo, arquivos nacionais, outras obras do autor ou maior bibliografia sobre ele. Acresce-se a isso que Soares Barbosa só veio a ocupar espaço nas obras lingüísticas a partir das últimas décadas do século XX. Daí a falta de material crítico sobre sua pessoa, encontrando-se apenas uns poucos artigos a seu respeito em revistas especializadas.

A mesma carência existe na própria história da Lingüística, onde a estante especializada é reduzida e necessita de enfoque mais atualizado, tendo a disciplina um longo caminho a percorrer ainda.

Durante todo o desenvolvimento do estudo, as contextualizações histórica, filosófica e lingüística limitar-se-ão aos aspectos básicos e significativos para o objeto da pesquisa, tendo em vista a impossibilidade de esgotar o conteúdo de cada área, no período.

Da mesma forma, a localização da gramática de Soares Barbosa no contexto estabelecido visa tão somente situá-lo nas correntes conceptuais existentes no período em questão, sem proceder, entretanto, a especulações teóricas de caráter formalizante.

A utilização das únicas fontes disponíveis, gramática e biografia sumária, é facilitada pela síntese feita nos momentos anteriores e a riqueza de informações fornecida pela obra analisada. A opção para o exame da gramática é a de análise externa. Dessa forma, o presente estudo deixa aberto o caminho a posteriores análises de cunho lingüístico mais formal sobre a produção de Jerônimo Soares Barbosa.

NOTAS DE REFERÊNCIA

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. Petrópolis, Vozes, 1978. p.9.

THUROT, F. *Tableau des progrès de la science grammaticale*. Bordeaux, Ducros, 1970.

MOUNIN, G. *História da lingüística das origens ao século XX*. Tradução de F.J.Hopffer Rêgo. Lisboa, Despertar, s/d.

ROBBINS, R.H. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979.

ARENS, H. *La lingüística: sus textos y su evolucion desde la antigüidad asta nuestros dias*. Madrid, Gredos, 1975.

SOARES BARBOSA, J. *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral aplicados à nossa linguagem*. Lisboa, Typ Academia Real das Sciencias, 1871.

LE GOFF, J. *As mentalidades: uma história ambígua*. In: LE GOFF, J. & NORA, P. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro, F.Alves, 1976. p.78.

CARDOSO, C.F. *Uma introdução à história*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p.37.

CAPÍTULO 1

1.1 A EUROPA FALA SOBRE O PENSAR

O problema importante é determinar a natureza exata do capital de idéias acumulado no período pré-moderno, avaliar a significação desta contribuição e descobrir meios de explorá-la para fazer progredir o estudo da linguagem. NOAM CHOMSKY

O estudo do século XVIII europeu, como o de qualquer período, não pode ser isolado da conjuntura histórica que o precede ou sucede, porque esta época não é apenas a culminação de um processo iniciado nos séculos anteriores, mas preparação e anúncio do mundo contemporâneo.

Tal constatação encontra eco em Hobsbawn, quando lembra que, se no começo do século XVIII as bruxas ainda eram queimadas, em seu final, vários governos haviam abolido não só a tortura judicial como também a escravidão. Efetivamente, os abusos cometidos pela Inquisição e as condições políticas e sociais dos séculos anteriores geraram tantas insatisfações a respeito de direitos e liberdades, que acabaram sendo germe das idéias revolucionárias que tiveram seu eclodir no final do período.

Mas, a grande dificuldade do estudo da Idade Moderna (e conseqüentemente do século XVIII), reside na multiplicidade de facetas por ela apresentada, o que conduz os historiadores a posturas simultaneamente especializadas e fragmentárias. Nesse sentido, às tendências nacionalistas dos estudos realizados sobre

essa época em detrimento de um enfoque europeu ou mesmo internacional, somam-se as divergências teórico-metodológicas e as dissidências de cunho religioso, que de longa data vêm gerando preconceitos e equívocos². Assim sendo, o tratamento correto para o período seria, possivelmente, o de alargar os quadros históricos para uma concepção européia, além de buscar aproximação entre a história política, social e econômica e a história espiritual em geral, para que se possa obter, com o máximo de objetividade, as inter-relações das forças históricas que deram forma ao mundo atual.³

A partir dessas concepções, verifica-se que as mudanças ocorridas na Idade Moderna não estão situadas apenas neste ou naquele aspecto da sociedade. Elas se apresentam em todas as instâncias, da estrutura do poder à organização da economia e à distribuição do corpo social, das crenças e postulados filosóficos à veiculação de idéias e formas de expressão.

Esse panorama multifacetado foi dominado primordialmente nos campos político, econômico e social, por uma organização centralizadora do poder, em última instância denominada de absolutismo, cujo conceito envolve, por sua vez, uma série imensa de fenômenos que refletem a evolução de um estado soberano em fases e aspectos muito variados.⁴ Para se compreender a complexidade do quadro apresentado, deve-se entender por monarquia absoluta uma diversidade bastante grande de formas de governo. Estas desenvolveram-se na Europa em estreita relação com as mudanças econômicas do período, pois não se pode esquecer que o fortalecimento do poder do rei a partir da formação das monarquias nacionais configura-se mais claramente no século XVI, vindo a atingir seu apogeu no século XVIII. Não é possível tam-

bém deixar de considerar que a "formação do Estado centralizado e unitário foi um processo assíncronico nos vários países: variou no tempo e no espaço a fórmula encontrada, e cada nova forma se constituía em uma nova peça no jogo das relações internacionais." ⁵

A consolidação do poder real ocorreu, pois, paralelamente ao progresso do Estado Nacional, visto que o rei foi o representante dos interesses e ideais nacionais. Há um consenso em torno da idéia de que suas atitudes foram tomadas em função do Estado que ele representava. Concorreram para esse fenômeno os conflitos externos, que acentuaram o sentimento que se poderia chamar nacionalista, cuja maior expressão era a figura do próprio rei. Em função disso, devia-se aumentar a centralização do poder para que as decisões capitais fossem rapidamente tomadas frente aos conflitos gerados entre as nações. Entretanto, as contradições não eram só externas; internamente fazia-se necessária a figura de um juiz e apaziguador nas lutas sociais. Sobre essa dinâmica, fortaleceu-se e foi gradativamente se assentando a força do monarca.

Já no que diz respeito aos vários aspectos existentes no sistema de relações convém distinguir aqueles de maior relevância, que serviram de sustentáculo às monarquias absolutas. Entre esses, quatro fatores básicos trabalharam em favor do absolutismo: o primeiro deles foi a evolução de idéias que se deu desde o Renascimento e que gerou no campo jurídico um movimento de renovação do Direito Romano em busca de reabilitação da idéia de Estado. Fenômeno paralelo registrou-se na legitimação teológica que apresentava a monarquia absoluta como a expressão mais perfeita da autoridade delegada por Deus. Outro fator impor-

tante foi a posição favorável de certos grupos urbanos, sobretudo a burguesia, contra a arbitrariedade do feudalismo civil e eclesiástico, o que provocou um tipo de aliança entre súditos e rei, extremamente favorável a esse último. Um terceiro aspecto dizia respeito ao acordo existente entre a nova sociedade em formação e a monarquia absoluta, muito mais adaptada às exigências dos tempos. Graças à ação do soberano e seus servidores — os oficiais administrativos e os legistas — foi-se pouco a pouco estruturando uma administração que deu à monarquia os meios necessários à satisfação de suas ambições.⁶

Em suma, na análise do papel desses soberanos absolutistas, sobressai a idéia de sua onipotência, a que estariam sujeitos todos os antigos poderes derivados do mundo medieval. O monarca imporia seu critério, ditaria a lei, administraria a suprema justiça, decretaria a paz e a guerra, interviria em todas as manifestações sociais econômicas e religiosas do país. Unidade, centralização e onipotência — tais seriam as características gerais da monarquia do que se convencionou chamar de "Ancien Régime".⁷

Mas, apesar de todas essas características idealizadas, o regime absolutista não conseguiu ir além da preparação de comunidades totalmente unitárias tais como se conhecem em nações contemporâneas e mesmo em algumas do século XIX. Para alguns autores, o estado da sociedade, a crise financeira, as estruturas administrativas e o poder real foram interdependentes. Subordinado à dinâmica dessas inter-relações, o absolutismo monárquico foi muitas vezes mais uma pretensão do que uma realidade efetiva: *"no século XVIII, a monarquia absoluta ainda não conseguiu superar a contradição interna entre a ordem social desi-*

gual e a lógica da evolução política"⁸.

Por outro lado, esse tipo de organização não pôde se perpetuar porque as forças naturais da evolução social que trabalharam contra a estagnação causaram sua decadência. É a essa provável dissolução que se refere Hobsbawn quando lembra a vulnerabilidade desses regimes sujeitos a três principais tipos de pressão: das novas forças sócio-econômicas, da arraigada e cada vez mais dura resistência dos interesses estabelecidos mais antigos, e dos inimigos estrangeiros.⁹

A respeito da falência dos estados absolutistas em fins do século XVIII e primeira metade do XIX, observa-se ainda que a própria essência da monarquia residia na concentração do poder nas mãos de uma única pessoa, um soberano amado por si mesmo. Este, para estender seu poderio, necessitava da criação de uma máquina administrativa capaz de auxiliá-lo em seu governo — o que representou em si uma evolução. Contraditoriamente essa própria evolução carregava em seu germe a ruína da idéia monárquica no espírito e no coração dos povos porque não se tratava mais de uma pessoa ou de um príncipe, a quem se devia fidelidade, mas de um regime impessoal, de uma forma anônima e jurídica.¹⁰ Em função dessas colocações, pode-se afirmar que o absolutismo nunca passou da preparação de uma comunidade unitária: *Em parte nenhuma o poder público foi realmente monopolizado pela realeza, em parte nenhuma a sociedade da Velha Europa foi de fato uma mera sociedade 'privada' no sentido do século XIX*".¹¹

Daí se depreende que o papel frenador das forças sociais na efetivação da monarquia absolutista foi muito mais atuante do que se poderia supor. A partir das relações do soberano com os

diversos segmentos da sociedade e da relação destes entre si, configurou-se a estrutura que sustentou, por um lado, o regime absolutista enquanto o solapava por outro. Mas, para que se analise mais a fundo essa afirmação, é preciso que se conheça primeiramente a organização social geradora de tal fenômeno.

A sociedade do Ancien Régime que caracterizou todo o período moderno, da mesma forma que seu sistema político apresentava composição desigual; pode-se, no entanto, reconhecer em sua organização geral três grandes grupos, as chamadas ordens sociais: o clero, a nobreza e o terceiro estado. As duas primeiras ordens estavam reservados os altos cargos jurídicos e eclesiásticos e os comandos militares. O clero guardava junto ao poder privilégios que tinham raízes na época medieval. Já o terceiro estado compreendia várias categorias: primeiramente a burguesia nascente, a quem competiam as funções administrativas e judiciais, ou os altos postos do capitalismo comercial ou financeiro; as ocupações industriais ou liberais, no caso da média burguesia; e as camadas baixas ocupavam-se da agricultura nos campos ou do trabalho assalariado nas cidades¹².

Esse quadro da organização social não pode, entretanto, ser analisado de maneira estática pois, como foi observado anteriormente sobre outros aspectos, a mobilidade das relações humanas opera-se continuamente. A nobreza, com a centralização do poder e a organização dos exércitos nacionais, deixou gradativamente de exercer sua função de defensora da nação, passando a gravitar em torno do soberano nas cortes, vivendo às custas dos impostos pagos pelo povo.

Por outro lado, foi diminuindo a força política da Igreja como grande aliada da monarquia, dando vez à burguesia, que

oferecia ao monarca o apoio econômico de que ele precisava para o fortalecimento de seu papel político. Isso derivava do acordo mútuo entre monarquia e burguesia, pois se um príncipe necessitava de uma classe média e de suas idéias para modernizar seu Estado, uma classe média fraca necessitava de um príncipe para quebrar a resistência ao progresso, causado por arraigados interesses clericais e eclesiásticos¹³.

Acrescia-se a esse quadro a posição das camadas populares, cada vez mais descontentes quanto às desvantagens de uma situação em que, além de não mais receberem a habitual proteção dos nobres, continuavam a sustentá-los juntamente com o clero, como elementos decorativos nas cortes luxuosas ou em posições vantajosas na hierarquia da Igreja. O poder crescente da burguesia pouco contribuía para a melhoria das condições precárias de vida da população.

No final do século XVIII, essa configuração social estendia-se ainda de forma mais diversificada, mercê da grande dicotomia entre as sociedades rural e urbana, apresentando cada uma delas traços peculiares à sua condição. A sociedade rural (predominante) manteve-se na tradição de apego à terra, embora esse tipo de atividade fosse menos lucrativo que os investimentos comerciais. Já a sociedade urbana e menos tradicional estava ainda em vias de organização, havendo somente um pequeno número de grandes cidades — por "urbano" no período deve-se entender não somente essas cidades, mas "a multidão de pequenas cidades de província onde se encontrava a maioria dos habitantes urbanos"¹⁴.

Entretanto, tanto a sociedade rural quanto a urbana encontravam-se igualmente determinadas pelo que Besson chama de

organização em classes-estado, que se dava em instância superior, evoluindo de um Estado Medieval, com base no indivíduo, para um Estado institucional moderno num longo processo que teve início no século XIII e que se estendeu até o século XVIII. Dessa evolução surgiu a monarquia limitada pelas ordens, que correspondia a um sistema dualista cujos poderes nem sempre conseguiam manter-se em equilíbrio. A monarquia elevava-se acima das ordens e caminhava para o absolutismo dos príncipes, mas as ordens podiam fazer barreira, limitar esse poder real¹⁵.

Acresce-se a isso que as leis amparavam diferentemente o soberano e cada uma das ordens. O *Anciën Rêgime* foi o regime das leis particulares, isto é, dos privilégios; se não havia tantas leis quantos os indivíduos, havia tantas leis quantas os grupos sociais existentes. Heterogeneidade da sociedade, pluralismo das ordens, hierarquia e multiplicidade das leis — estes eram os princípios sobre os quais repousava a sociedade do Antigo Regime. A sociedade contemporânea vai-se diferenciar dela sobretudo pela instauração da igualdade perante a lei¹⁶.

Enfim, todos esses aspectos sociais e políticos não teriam sido possíveis sem estarem amparados por uma prática econômica condizente com as posturas centralizadoras do absolutismo, acompanhando simultaneamente a dinâmica que se estabelecia nas relações sociais. Tais posturas deitavam raízes nas grandes transformações efetuadas na estrutura do poder e na formação política das nações, na organização das ordens sociais, e nas novas formas de pensar que se instalaram no século XVI e continuaram avançando até o final do XVIII. Além disso, pode-se ainda afirmar que "em nenhuma época, talvez, foi mais evidente a ligação entre o interesse econômico e a política nacional"¹⁷.

Isso aconteceu em função de um tipo de orientação econômica adotada, mais voltada para o controle das atividades comerciais, fazendo com que a agricultura e a indústria passassem à atividades acessórias, interdependentes da primeira. Daí o nome de mercantilismo dado à doutrina que defendia tal postura, e que envolvia *"uma conceituação primária da natureza dos bens econômicos e a suposição de que os lucros se geram no processo de circulação das mercadorias, isto é, configuram vantagens em detrimento do parceiro"*.¹⁸ Dessa forma, cada Estado deveria manter uma balança comercial favorável (predomínio de exportações sobre importações) favorecendo a entrada e acumulação de riquezas no país. A tais procedimentos acrescia-se a permanência da idéia metalista de que o termômetro da riqueza de um país dependia da acumulação de metais preciosos obtidos não só pela entrada da moeda através do comércio, como da própria extração mineral, proveniente, sobretudo, do exterior.

Esse foi o grande veículo da ruptura entre a economia medieval estática e restrita e o capitalismo nascente na Europa e no mundo.

Não se pode afirmar, no entanto, que o mercantilismo fosse *"um sistema no atual sentido da palavra, mas antes um número de teorias econômicas aplicadas pelo Estado em um momento ou outro, num esforço para conseguir riqueza e poder"*.¹⁹ Nesse sentido, foram adotadas medidas protecionistas, como fomento da produção nacional, exigência de uma política tarifária sobre a importação, busca de uniformização interna do Estado, preparação de um código legal, manutenção da segurança interna, entre outras. Nesse contexto, predominava o monopólio do comércio e da produção pelo Estado, só concedido pelo rei à burguesia mer-

cantil mediante pagamento.

Tal configuração político-econômica gerou novas ordens de fenômenos, de extrema significação dentro desse quadro: o colonialismo e a escravidão, ambos decorrentes do processo de expansão européia inerente ao desenvolvimento da economia mercantil.

Sobre o sistema colonial pode-se dizer que as colônias representavam importante fonte de renda dentro das práticas mercantilistas, pois atuavam como mercado para os produtos da metrópole, ao mesmo tempo em que agiam como fornecedores de matéria-prima para as manufaturas e comércio metropolitano. Novais identifica esse contexto, assinalando que

ele se apresenta como um tipo particular de relações políticas, com dois elementos: um centro de decisão (metrópole) e outro (colônia) subordinado, relações através das quais se estabelece o quadro institucional para que a vida econômica da metrópole seja dinamizada pelas atividades coloniais.²⁰

Fica claro, portanto, que a manutenção do sistema colonial era fundamental para a conservação da riqueza do Estado absolutista, determinando evidentemente o modo como se organizava a produção. Por conseguinte, uma vez que o lucro era o principal objetivo, a escravidão, por ser a mão-de-obra mais rentável na época, ressurgiu nas áreas coloniais.

Esse conjunto de aspectos integrantes da política governamental dos países da Europa Ocidental no período moderno criou uma situação favorável à atuação do mercantilismo como agente que permitiu ao Estado *"tornar-se grande e conseguir sua cota na expansão de negócios e territórios"*.²¹ Deve-se ter em mente, a essa altura, que mercantilismo e absolutismo representavam duas

faces da mesma moeda e trabalhavam por um objetivo comum: a formação do Estado Nacional. Devido, pois, ao seu papel de doutrina a serviço do Estado, o mercantilismo caracterizou-se por ser uma política econômica que não visava efetivamente ao bem-estar social, mas ao desenvolvimento nacional a todo custo²².

Tais teorias incorriam, em uma série de limitações, como as já apontadas medidas protecionistas e de monopólio, que cerceavam iniciativas particulares de industriais, comerciantes e agricultores, tornando-os gradativamente descontentes com a situação: *"um número cada vez maior de pessoas não concordava nem com a teoria nem com a prática mercantilista. Não concordava porque sofria com elas"*²³. O controle demasiado da indústria e do comércio, aliado à pouca participação dessas categorias nos lucros obtidos pelo governo, estimularam a luta pelo comércio livre e ausência total de controle na indústria, abrindo caminho para que novas teorias econômicas ganhassem corpo. *"O mercantilismo e a economia nacional cederam lugar ao fisiocratismo, ao livre-cambismo e à economia mundial"*²⁴.

Essas doutrinas conseguiram impor-se no final do período, abrindo caminho às profundas transformações que seriam vividas pela Europa e Novo Mundo na passagem do século. Efetivamente, as condições sócio-políticas e econômicas da maioria dos países europeus em meados do século XVIII haviam atingido uma configuração *sui generis*, que se devia, em grande parte, a injunções de caráter temporal e espacial. Enquanto a Europa Ocidental apresentava uma constelação de Estados ainda extremamente centralizados e absolutistas, os países do leste europeu desenvolveram tardiamente uma diversificação dessa organi-

zação no regime denominado despotismo esclarecido, pelo qual os governantes, em nome da filosofia iluminista predominante no período, denominavam-se os primeiros servidores de seus Estados e seus reformadores em nome da Razão²⁵. Entre os primeiros, destacavam-se países como a França e a Inglaterra e nos segundos, a Rússia, a Áustria e a Prússia. Na Península Ibérica, enquanto a Espanha oscilava entre as duas posições, Portugal, sob Pombal, ensaiava uma política mais próxima da segunda.

Uma análise da defasagem existente entre os governos a leste e oeste da Europa, revela sobretudo os esforços das monarquias esclarecidas para se imporem como regimes inovadores, aproveitando-se das críticas que eram dirigidas ao absolutismo. *"O fato de o despotismo esclarecido ter encontrado a leste da Europa uma economia atrasada, ausência de capital, nenhuma ou quase nenhuma burguesia, uma instrução ainda muito restrita"* corroborou na instauração desse tipo de governo, onde *"o Estado é obrigado a fazer tudo por si mesmo e tomar o lugar da iniciativa privada"*²⁶.

Poder-se-ia ainda acrescentar às razões responsáveis pelos fenômenos apresentados uma possível abordagem que considerasse, além da disposição geográfica — questionável se forem levados em conta os exemplos da Espanha e Portugal — as diferenças quanto à maior ou menor flexibilidade das práticas mercantilistas, o que permitiu em países que talvez apresentassem menor rigidez, questionamentos que chegaram a atingir a fase revolucionária, como foi o caso da França. Já o despotismo esclarecido teria ocorrido onde a evolução econômica não atingira os níveis dos países mais ricos e, conseqüentemente, onde a

burguesia não ocupava papel político-econômico significativo. Sentindo-se, portanto, em desvantagem dentro do quadro das relações entre os países europeus, tornou-se necessário aos países menos desenvolvidos encontrarem uma saída que permitisse aos monarcas evoluírem para equipararem-se às nações vizinhas. A fórmula encontrada foi, pois, a união entre o discurso iluminista e práticas intervencionistas, dando nascimento a uma tradição autoritária que se perpetuaria até o século XX. Partindo dessa colocação, pode-se encontrar no despotismo esclarecido num sentido amplo a raiz dos regimes contemporâneos que se propõem a transformar as estruturas da sociedade por meio da autoridade²⁷.

De qualquer forma, a Idade Moderna foi, como já mencionado, um período imensamente rico em modificações. Nele se deu a evolução dos sistemas feudais descentralizados para regimes relativamente unificados em torno da figura do monarca absoluto; da sociedade em ordens nitidamente determinadas para a mobilidade social característica do final do século XVIII; da economia primitiva e interna para as relações internacionais do comércio no mundo mercantilista, prenúncio da sociedade capitalista. Realmente uma era de transição, nascida ainda com vínculos com o mundo medieval, que assistiu a mudanças tão profundas em todos os domínios que só poderiam acarretar as grandes revoluções que caracterizaram seu final e toda a primeira metade do século XIX.

Mas esse clima de revoluções, só foi possível na medida em que houve, desde os primórdios do período, uma renovação de idéias que culminou no século XVIII com o culto à razão, a valorização da ciência e a colocação do indivíduo como centro dos

movimentos pela igualdade sócio-política. Tais colocações originaram-se nos questionamentos relativos ao homem e sua relação consigo mesmo, com o mundo e com Deus, características do final da Idade Média e início dos Tempos Modernos.

A propagação de idéias nessa época não se deu, entretanto, uniformemente em todas camadas da sociedade. Sua difusão variou conforme o grupo social atingido, adaptando-se ao nível cultural e interesses das pessoas. Assim, questões que nas camadas intelectualmente privilegiadas eram veiculadas em livros, ensaios e discussões cortesãs, foram assimiladas em jogos, brincadeiras e panfletos junto à população em geral.

Não se concebe, no entanto, esperar que exista um caráter homogêneo nas estruturas mentais do homem europeu moderno, sobretudo no século XVIII, uma vez que elas variaram significativamente em função do tempo, local e da forma de expressão. Cabe, pois, ao presente estudo traçar os pontos comuns e as diferenças de mentalidade entre cada segmento da sociedade, procurando perceber em que medida e com que profundidade a renovação do pensamento científico, filosófico e cultural afetou o mundo europeu da época.

Para a França, por exemplo, Robert Muchembled identifica pelo menos três estratos sócio-culturais. O primeiro, composto de um lado por uma minoria intelectual oriunda da burguesia, afirmando sua crença na Razão e no Progresso, e de outro lado pelos grupos de elite, representantes da antiga ideologia dominante. O segundo nível sócio-cultural era formado pelas camadas médias da população — notários, rendeiros, professores, pequenos juizes — que não possuíam grande expressão econômica e intelectual e, para o autor, não chegaram mesmo a

ser atingidos pelos novos questionamentos. O terceiro nível era composto pela camada popular, separada das outras pela imensa barreira de desprezo que aqueles nutriam em relação a suas crenças. Sua cosmovisão, sobretudo na província, repousava na percepção particular de tempo e espaço e em uma explicação do cosmos baseada na magia e na mentalidade coletiva. Esse fenômeno gerou, no século XVIII, tensões entre os diferentes níveis sociais quando os grupos superiores procuravam abafar o universo ideológico das classes menos favorecidas, já que não havia naqueles grupos lugar para outra concepção de vida que não fosse a da Corte e das elites.²⁸ As classes populares, por seu lado, não apresentavam grandes preocupações filosóficas sobre a vida e as injustiças, nem pensavam em inverter a ordem social, tentando apenas garantir sua subsistência.

Embora as barreiras e tensões existentes entre a classe baixa e as mais favorecidas não fossem pequenas, a mescla entre suas respectivas culturas se fazia, ainda que em escala reduzida. *"Enquanto a 'veilleē' (serões) perpetuavam as tradições populares dentro da aldeia, criadas e amas-de-leite serviam de elo entre a cultura do povo e a cultura da elite"*²⁹. As mudanças culturais não se fizeram, pois, de maneira linear, apenas como resultado da infiltração das grande idéias nas camadas inferiores: *"as correntes culturais se mesclaram, movimentando-se para o alto e também para baixo, passando através de veículos e grupos de ligação diferentes, tão afastados entre si quanto estavam os camponeses dos salões sofisticados"*³⁰.

Sobre tal questão vê-se que, a despeito das barreiras sociais entre as várias condições e classes nesse período, não era possível deter o progresso do nivelamento cultural da po-

pulação. Essa, apesar de manter-se exteriormente isolada nas suas diferentes seções, ia perdendo interiormente os seus caracteres distintos formando, no final, dois grande agrupamentos: o povo comum e a comunidade dos que estavam acima dele. Os que constituíam o último grupo partilhavam dos mesmos hábitos, professavam o mesmo gosto e falavam a mesma linguagem fundindo-se culturalmente a aristocracia e a burguesia superior.³¹

Enquanto nas províncias européias recebiam-se apenas fragmentos da ideologia burguesa através de uma literatura popular, nos principais centros urbanos franceses, ingleses e alemães, e de certo modo ibéricos, a luta de idéias era travada em outro nível, não sô pelas elites econômicas de poder, mas sobretudo por um novo tipo social emergente: os intelectuais. Tal categoria, autônoma, podia receber tanto elementos oriundos da nobreza, quanto das classes menos favorecidas, uma vez que os critérios para sua inserção nesse grupo não eram os do berço, mas os de capacidade pessoal.

As transformações econômico-sociais da época haviam feito com que se dissolvesse a vida nas cortes, obrigando os artistas e os amantes da arte a redistribuírem-se nessa nova sociedade. Eram intelectuais que viviam de seu trabalho, namaioria das vezes como empregados de jornais ou funcionários do aparelho burocrático. Sua participação ativa nos eventos sociais e na vida pública contribuiu grandemente para que novas idéias se tornassem conhecidas de uma certa parcela da população anteriormente afastada dos interesses culturais. Os salões, cafés e clubes eram pontos de encontro de seus seguidores, onde se tornara elegante discutir com ligeireza os temas mais graves. Segundo Madame de Staël,

Em nenhum outro lugar se sabia, como ali, aflo-
 rar todos os assuntos sem nunca os tratar a
 fundo, elaborar frases de espírito, que eram
 disparadas como flechas, entrar na liça das
 idéias lutando com uma esgrima apaixonante, em
 que entravam a ênfase, o gesto, o olhar, numa
 espécie de eletricidade que fazia soltar fais-
 cas.³²

Já na Inglaterra, mais que em qualquer outro país euro-
 peu, o fenômeno da autonomia dos intelectuais foi acentuado pe-
 lo "aparecimento de um novo público com hábitos de leitura re-
 gular, isto é, um círculo relativamente largo que lia e compra-
 va livros com regularidade, assegurando assim a numerosos es-
 critores um modo de vida livre de obrigações pessoais".³³ Hou-
 ve, nesse momento de transição, a passagem de uma cultura cor-
 tesã para uma mescla entre uma cultura semi-burguesa e semi-
 cortesã. Formou-se "uma tênue camada intelectual de escritores e
 amadores que procuravam distinguir-se dos vulgares mortais pela
 educação clássica, preciosismo de gosto, espírito risonho e com-
 placente".³⁴

Por outro lado, na Alemanha, onde os novos ideais do sé-
 culo XVIII e o Racionalismo não encontraram a mesma expressão
 que na França e na Inglaterra e onde as mudanças político-econô-
 micas demoraram a acontecer, os escritores se encontravam, em
 sua maioria, na dependência direta ou indireta das cortes.³⁵

Tais fenômenos sócio-culturais que marcaram o estabele-
 cimento da cultura burguesa, a ascensão da categoria intelec-
 tual e a autonomia dessa em relação ao poder, criaram um clima
 propício para um aprofundamento nos campos da filosofia, lógica
 e ciência. Foi em função desse aprofundamento mental que a so-
 ciedade européia sofreu significativas mudanças não só a nível
 de sua estrutura, mas de toda sua cosmovisão. A análise mais

detida dessas novas linhas de pensamento torna-se, pois, imprescindível, para que se compreenda efetivamente o processo revolucionário intelectual do século XVIII.

O momento inicial dessas transformações deu-se com a grande renovação de idéias do início dos Tempos Modernos, levando os estudiosos da época, à redescoberta do homem como centro do processo de conhecimento, ao desenvolvimento do espírito crítico e de aventura, à afirmação da objetividade e do individualismo, a par do alargamento dos horizontes e da visão de mundo que revolucionaram as formas de reflexão humana sobre si mesma e sobre sua realidade. Foi ainda essa fase do impulso nacionalista em função da organização dos Estados Nacionais e conseqüente redescoberta de características e valores locais.

Acompanhando as transformações que se deram a partir do século XVI, o centro das atenções no campo do pensamento filosófico voltou-se para certas questões críticas relativas ao conhecimento e sua elaboração: *"a indagação central e nevrálgica que se propõe será essencialmente determinar a relação entre mente humana (pensamento, razão) e o mundo exterior da experiência sensível; e que conhecimento da realidade tal relação pode proporcionar"*.³⁶ Conseqüentemente, os intelectuais que representaram as principais correntes de pensamento da Idade Moderna estiveram envolvidos, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, nessa questão epistemológica que os dividia entre experimentalistas (defensores da experiência sensível) e racionalistas. Realmente, os maiores nomes da filosofia da época, precursores e responsáveis por importantes mudanças nesse terreno, foram Bacon e Descartes. Eles representavam respectivamente o experimentalismo e o racionalismo e, apesar de suas

diferentes posturas, trouxeram para o terreno filosófico e a aplicação dos métodos das ciências físicas e naturais procurando libertá-lo da herança metafísica e da especulação escolástica, características do período medieval. Esse movimento prolongou-se de meados do século XVI ao final do XVIII e Descartes –enriquecendo a linha racionalista em que fora precedido por Platão, Plotino e Santo Agostinho – foi sem dúvida alguma a grande figura daqueles séculos, exercendo influência significativa tanto em sua época quanto nas posteriores sendo um dos responsáveis pela construção da moderna filosofia. Seu *Discurso do Método* visava, em última instância, ao atingimento da verdade pelo caminho da evidência, da análise, da dedução e da enumeração. A aplicação do método cartesiano exigia, pois, raciocínio dedutivo e contava com a intuição humana, dando maior destaque ao pensamento que à experimentação da realidade, postura que o situou no veio filosófico que abriu caminho para o Idealismo.³⁷

Já Bacon valorizava sobretudo a experiência através da indução, pretendendo encontrar e provar pelo exame dos fatos as leis que os regiam. O filósofo deveria buscar a verdade na experimentação, voltando-se para seu próprio tempo, aproximando-se sempre da ciência. Sua contribuição foi fundamental como pai do Empirismo Moderno, precursor das correntes de linha materialista.³⁸

A oposição entre as duas linhas epistemológicas citadas tornar-se-ia irreduzível se fossem assimiladas sem qualquer revisão crítica. Na passagem do século XVII para o XVIII essa questão trouxe dilemas para os pensadores que sucederam a Bacon e Descartes. Vistos como racionalistas (Spinoza e Leibniz) ou como empiristas (Locke, Newton e Hume), seus conflitos na esco-

lha da filiação a uma ou outra postura levaram-nos a buscar soluções para tal polaridade, tentando equilibrar certos procedimentos empíricos, com um tratamento mais geral, racional, do objeto em estudo. Não se pode esquecer, nesse sentido, que essas correntes não são totalmente antagônicas, uma vez que o empirismo é, em grande parte idealista e, indiretamente, a razão é soberana.³⁹

O conjunto das discussões empreendidas por esses filósofos contribuiu significativamente para o alargamento da questão epistemológica no período. Spinoza, por exemplo, partilhava os ideais racionalistas e concebia o absoluto como último princípio da realidade, do qual deveriam partir as questões sobre o conhecimento.⁴⁰ Em posição diversa estava Locke, empirista inglês, que propunha o sensualismo no desenvolvimento de suas teorias sobre a psicologia do conhecimento. Fez a crítica do inatismo cartesiano sustentando que a experiência direta era a fonte principal das idéias.⁴¹ No entanto, Locke afastou-se de seu mestre, Bacon, recusando a indução e proclamando a intuição como a base do método científico.⁴² Seu questionamento acerca da origem das idéias abre uma profunda crise na teoria do conhecimento, responsável pelo desencadeamento, no século XVIII, do idealismo kantiano e do materialismo de alguns filósofos franceses.⁴³

Ainda dentro da corrente do pensamento empirista inglês surgiram as teses de Newton, cuja influência sobre a ciência e a filosofia de seu tempo só pode ser comparada à que Descartes conseguira. Demonstrou o papel da formulação de hipóteses na ciência, apresentando a noção de que no surgimento das leis científicas havia um processo criador, teórico, que não se reduzia

ã derivação unilateral de tais leis a partir de observações e experiências, embora enfatizasse a necessidade de comprovação das teorias científicas.⁴⁴ Nesse sentido, pela recusa do dualismo cartesiano e pela defesa das posições empiristas, Newton e também Locke, impuseram-se como mestres aos pensadores iluministas do século XVIII.⁴⁵

Mas a questão epistemológica maior desdobrava-se, na época, em outros aspectos igualmente relevantes. Os esforços concentravam-se na procura de uma aplicação da ciência a todas as áreas do saber, uma vez que esta se definia, então, como um conhecimento necessário e absolutamente verdadeiro. O conceito de ciência absoluta e verdadeira tinha suas bases em Descartes, consolidando-se no período e vindo a ser questionado mais efetivamente a partir da segunda metade do século XIX. Leibniz é precursor desse questionamento por uma postura filosófica que se situa contra a radicalização das teses racionalistas ou empiristas e o conceito de ciência absoluta.

A tentativa mais acabada a respeito foi a de G. Leibniz, o qual consciente de que a indução tem um caráter não demonstrativo, reservava-lhe o papel de servir à avaliação do grau de confirmação de uma hipótese pelos fatos: com isto, contra a tendência dominante da época, que só aceitava um conhecimento definitivo, absolutamente verdadeiro, como objeto da ciência, Leibniz chegou a afirmar a necessidade de criar-se uma lógica das probabilidades, a aceitação de um conhecimento provável ao lado do conhecimento completamente seguro.⁴⁶

Mas independentemente da maior ou menor validade de seu teor essas teses tiveram o mérito de participar na construção de um arcabouço teórico consistente que serviu de ponto de partida para a explosão ideológica do século XVIII, conhecida por Ilu-

minismo ou Ilustração. Herdeiros do legado crítico do período anterior, os filósofos iluministas defenderam a Razão acima de todas as coisas. Deviam a Descartes seu "gosto do raciocínio, na busca da evidência intelectual e, sobretudo, na audácia de exercer livremente seu juízo e de levar a toda parte o espírito da dúvida metódica".⁴⁷ Empenharam-se em difundir as idéias de seus antecessores e as suas próprias no questionamento efetivo dos aspectos participantes na composição do *Ancien Régime*: absolutismo monárquico e concentração estatal do poder, divisão estamental da sociedade em prejuízo do terceiro estado, intolerância religiosa, censura ideológica, monopólio do comércio e da produção pelo Estado. Ao fazerem essa crítica, prepararam revoluções que passaram pelo terreno das idéias até chegar à prática.

O Iluminismo francês — o mais conhecido pelo quilate de seus pensadores, assim como pela repercussão política que obteve — não foi um fenômeno isolado, mas parte de um processo de "popularização da filosofia" que se deu em vários países da Europa, como a Inglaterra, Itália, Portugal e ainda Alemanha (onde foi conhecido pelo nome de *Aufklärung*). Em cada país, o Iluminismo tomou diferentes configurações. Na Alemanha, por exemplo, o espírito ilustrado apresentou-se menos revolucionário e menos inimigo da religião porque a Reforma já se encarregara das transformações de conteúdo religioso. Em Portugal, ao contrário da Alemanha, o fenômeno da Ilustração visou sobretudo sacudir a sociedade lusa, encaminhando-a entre outros aspectos, para uma de suas maiores lutas nessa fase: a da secularização. Não se pode esquecer que o discurso ilustrado português, uma vez que importado, sobretudo da França, teve de ser reinterpretado

em uma grande tentativa de superar-se a defasagem mental e material com os países vizinhos.

De qualquer forma, por toda a Europa Ocidental, o interesse geral pelos múltiplos aspectos da cultura, da sociedade e da ciência esteve marcado constantemente por esse espírito de luta do século:

O racionalismo, de administrador que se tornara, descobre-se combatente. A Enciclopédia dá testemunho desse prodigioso esforço... A idéia de *saber*, que Aristóteles e Descartes subscrevem em conjunto, começa a ser substituída pela idéia de um *sistema aberto* dos conhecimentos (...) em suma, a racionalidade nova, em seu combate pela razão entra em luta contra o cartesianismo, em nome do próprio cartesianismo. ⁴⁸

Conseqüentemente, esses questionamentos arregimentaram, por sua força, a quase totalidade das cabeças pensantes de seu mundo, influenciando poderosamente em todo o contexto da produção cultural, através de discussões de idéias e teses que invadiram sobretudo os gêneros literários, muitas vezes em detrimento da arte. A prosa esteve, em várias ocasiões, empenhada na veiculação desses novos ideais, caracterizando-se sobretudo por romances filosóficos e de crítica social e religiosa. Geralmente deístas, os escritores franceses do século XVIII escreviam romances que pintavam com cores fortemente sarcásticas, entre outros temas, a rigorosa moral jansenista da época,⁴⁹ principalmente pela falta de liberdade de consciência que ela impunha à sociedade. Na dramaturgia, a comédia de costumes esteve fortemente impregnada pelo questionamento dos valores éticos, morais e religiosos da sociedade. Todas as manifestações artísticas estiveram, pois, empenhadas na luta ideológica, deixando muitas vezes de lado manifestações puramente estéticas, como é o caso

da poesia, que pouca projeção teve nesse período.

Em resumo, o século XVIII, também chamado o século das Luzes e da Razão, foi o ápice de uma época de questionamentos que marcou indubitavelmente as transformações históricas que o sucederam. Seu estudo é, para o pesquisador, um campo extremamente instigante em sua complexidade:

Em seu bojo, em princípio, é possível detectar o entrelaçamento de concepções culturais contraditórias: no nível da diacronia obviamente, mas também, no nível da sincronia, formas de pensamento correspondentes, cada uma delas a uma *epistème* distinta. Em sua extensão, numa perspectiva linear, descobre-se afinal o lento construir de uma visão de mundo completamente nova, cuja concretização iremos contemplar no apogeu das 'Luzes', vencida a duras penas a sua crise de consciência. É hora de tentarmos desentrenhar dessa modernidade os traços que lhe dão forma, os processos que a determinam, explicitar por fim aquilo que ela abrange, e, às vezes também, oculta.⁵⁰

1.2 O MUNDO PENSA SOBRE O FALAR

As investigações lingüísticas que se efetuaram na Idade Moderna constituíram-se em reflexo dessa época inovadora, espelhando suas mais variadas facetas e contradições. Efetivamente, considerando que até esse momento a Lingüística permanecera acorrentada ao pensamento religioso e filosófico medieval – bem como às controvérsias dos escolásticos – é possível compreender em que medida as transformações ocorridas no mundo europeu do período moderno trouxeram importantes aportes ao seu campo de conhecimento.

A renovação filosófica e mental, a par do fortalecimento do absolutismo e reestruturação da sociedade medieval, acrescidos pela expansão ultramarina e o conseqüente reposicionamento do homem em seu universo geográfico-cultural, remodelaram todo o panorama europeu conhecido até então. Houve, na verdade, num âmbito mais amplo, uma passagem do reduzido universo mental e geográfico medieval para uma época de profundas alterações de cunho científico, filosófico e de mentalidades. No quadro dos movimentos intelectuais e ideológicos, as novas preocupações com a língua representavam o testemunho concreto da abertura vivenciada nos espíritos.

O eclodir desse processo expressou-se no início da Idade Moderna pela vigorosa valorização das línguas européias modernas – preocupação correlata ao início da formação dos Estados

Nacionais em suas conquistas internas e externas. Passou-se a incentivar, então, a adoção da língua nacional, não apenas como meio de expressão literária, mas sobretudo como esteio do sentimento patriótico. Estabeleceu-se, nesse sentido, "o reconhecimento como língua oficial de uma das variedades faladas em determinados territórios; as pessoas julgavam ser uma obrigação promover o cultivo de sua língua nacional."⁵¹

Paralelamente, ocorria o início da análise gramatical das línguas que passaram a ser conhecidas após a expansão comercial européia, principalmente as dos países orientais e das regiões recém-colonizadas, feita por nacionais ou por estudiosos dos países vizinhos.⁵² Esse novo interesse trouxe desejo de conhecimento das línguas vernáculas e estrangeiras estimulando, pela primeira vez, o aparecimento de gramáticas descritivas das línguas européias que tinham como um de seus objetivos submeter as *línguas vulgares* a um exame que as considerasse como objeto de estudo, mediante a observação dos seus sons e de sua organização.

ROBINS traça esse quadro onde se delineavam os movimentos intelectuais e ideológicos e as novas preocupações com a língua:

Desde então ampliam-se os horizontes lingüísticos: as obras de gramáticos não europeus começam a causar impacto na tradição européia, as línguas vivas da Europa passam a ser sistematicamente estudadas e surgem novas linhas de pensamento sobre a linguagem, hoje aceitas como parte integrante da Lingüística Geral."⁵³

Como se vê, os progressos obtidos pelos lingüistas do início da Idade Moderna acabaram por encaminhar a Lingüística para

sua progressiva valorização como ciência, em que pese sua ainda comprovada dependência da Filosofia. Possivelmente, o maior nome dentre os lingüistas desse período foi o de Francisco Sanchez de Las Brozas*, gramático espanhol que, à frente de seu tempo, reagiu contra os rumos marcadamente didáticos que tomavam as gramáticas das línguas vulgares, meras adaptações dos esquemas gramaticais latinos, desprovidos de preocupações científicas ou filosóficas.

Propôs uma gramática do latim de caráter especulativo, na qual fornecia, num enfoque moderno, soluções para questões levantadas no exame da maioria dos idiomas nacionais.⁵⁴ A partir de uma postura eminentemente racionalista, El Brocense postulava no *Minerva seu de causis linguae latine* que a correspondência entre o pensamento e sua expressão oral não se cumpria sempre em todos os níveis de realização concreta porque havia idéias e conceitos que não chegavam a ser expressos. Isso não indicava, entretanto, que o paralelismo entre as estruturas (mental e verbal) fosse rompido: as idéias ou os conceitos apagavam-se voluntariamente e uma análise, mesmo ligeira, poderia revelar sua presença na mente.⁵⁵ Nota-se, já, nesse postulado, o embrião das teses lingüísticas cartesianas para as quais o entendimento das relações da língua só podia ser apreendido a partir da análise do pensamento. Percebe-se também nas afirmações de Sánchez a separação entre os níveis de elaboração mental e realização concre-

* Gramático também referido pelos nomes de Sanctius, El Brocense, Sánchez de Las Brozas ou simplesmente Sanches.

ta, posteriormente trabalhados na gramática gerativa.⁵⁶

O século XVII, por sua vez, movido pela reestruturação filosófica gerada pelo Empirismo e pelo Racionalismo, voltou seus interesses lingüísticos para a aplicação dos pressupostos dessas duas correntes, tanto na teoria quanto na prática lingüística.

Os estudiosos partidários do Empirismo, postulando a valorização da experiência e da indução no método científico pretendiam, como Bacon, que a ciência não dependia apenas da natureza do intelecto, mas também da natureza das coisas.⁵⁷ Bacon preocupou-se também com a linguagem, devendo-se a ele a distinção entre gramática descritiva de uma língua particular e gramática geral ou filosófica. Propunha a elaboração de uma gramática comparada de todas as línguas cultas e vulgares, cuja finalidade seria expor as particularidades, para realizar assim um processo de equilíbrio interlingüístico e obter, pela adição de todas as características vantajosas, uma língua perfeita para a expressão acabada do pensamento e sensibilidade do homem.⁵⁸

Como era de se esperar, os lingüistas ingleses, na esteira dessas idéias, optaram pela gramática descritiva introduzindo o começo da descrição sistemática dos sons da língua e da análise formal de sua gramática. Os estudos empíricos abriram na ciência lingüística, a divisão que até hoje separa as formas de abordagem de cunho aplicado e descritivo (como os estudos filológicos e estruturalistas, por exemplo), das correntes que procuraram um entendimento mais global do funcionamento da linguagem. Ao mesmo tempo, como aumento do intercâmbio entre os países europeus e a intensificação das preocupações de ordem prática, cresceu o número de gramáticas voltadas para a descrição das línguas

estrangeiras, impulsionando os estudos lingüísticos.⁵⁹

Mas, quando se trata de considerar os verdadeiros avanços obtidos nas reflexões relativas à organização e natureza da linguagem – em que pesem todas as considerações atinentes aos estudos empíricos – é o partido do Racionalismo Cartesiano que parece ter deixado as heranças mais significativas para os séculos posteriores. Nele desenvolveram-se sobretudo os trabalhos de gramáticos filosóficos ou generalistas, que tinham como precursor Sanchez de Las Brozas⁶⁰ e que procuraram aplicar ao terreno lingüístico os princípios enunciados por Descartes: unidade de todas as ciências; sua derivação de um princípio fundamental; consciência de que a razão humana é a única e suprema fonte de certeza; caráter exemplar do método lógico-matemático.⁶¹

Arens destaca os inconvenientes da postura racionalista, considerando que a ausência de experiência e de indução acabaram por suscitar uma observação lingüística aparentada com as posições da Escolástica. Já não parece ser esta a opinião de Chomsky, que coloca em Descartes a origem das mais relevantes descobertas que contribuíram para o entendimento da relação entre linguagem e mente. Segundo esse autor, as preocupações de caráter abstrato, características da lingüística cartesiana tiveram relevância por não serem redutíveis às abordagens de uma gramática descritiva, mas estarem antes empenhadas na elaboração de uma gramática geral, voltada para o estabelecimento dos princípios universais da estrutura da linguagem.⁶²

Sob a luz dessas colocações, pode-se notar que a postura racionalista anunciava toda uma nova corrente de pensamento de âmbito mais amplo que foi aplicada ao terreno lingüístico. Em decorrência, os estudos especulativos sobre a linguagem, oriun-

dos da Antigüidade Clássica puderam atingir no período seiscen-
tista maior rigor e objetividade, criando-se então uma conjun-
tura lingüística capaz de produzir obras de grande quilate, de-
cisivas na configuração da Ciência da Linguagem.

Foi assim que, nesse horizonte lingüístico, assistiu-se a
um acontecimento marcante: o aparecimento da *Grammaire Générale
et Raisonné de Port-Royal** (G.G.R.P.R.), que consiste, sem dú-
vida, na maior expressão do Racionalismo no século XVII. Seus
autores estavam entre os eruditos jansenistas que se abrigavam
no convento de Port-Royal e dedicavam-se à realização de traba-
lhos lógicos e lingüísticos, vinculados à sua posição raciona-
lista. Tais estudiosos, "ao contrário dos que planejavam criar
uma nova linguagem, não se preocuparam em inventar novos siste-
mas de comunicação, limitando-se a expor uma teoria geral da Gra-
mática por meio de línguas como o latim e o francês."⁶³ Os prin-
cipais gramáticos de Port-Royal, Arnauld e Lancelot, diziam-se
seguidores de Sánchez e elaboraram uma gramática que teria por
base o pensamento e a razão humanas.⁶⁴

A G.G.R.P.R. consistiu no esforço de elaboração de uma
teoria geral a partir de exemplos tirados de diversas línguas eu-

*Gramática Racional publicada na França em 1660 pelos filósofos jan-
senistas Antoine Arnauld e Claude Lancelot, ligados ao convento de Port-Royal
des Champs. Está dividida em duas partes, cada uma delas apresentando duas
divisões. A primeira, consiste em seis capítulos que compreendem a ortogra-
fia e a prosódia. Nesta parte trabalha-se o aspecto mais material da língua,
ou seja, as *letras* (sons) e os sinais gráficos. A segunda parte é bem mais
extensa (vinte e quatro capítulos) sobre a *analogia* (morfologia) e a sintax-
e. Aí é enfocada a relação entre linguagem e mente, sobretudo no que se re-
fere à forma pela qual o homem usa a linguagem para exprimir seu pensamento.

ropéias, vivas ou mortas. Nela, as palavras são concebidas como sinais do pensamento que se ligam diretamente ao julgamento e diferenciam-se conforme as partes que designam: os termos ou a forma da sentença.

Em seu desenvolvimento global, pode-se sentir que da G.G.R.P.R. apresenta certa preocupação com o rigor científico. Sua elaboração considera tão somente os elementos da gramática usual que se prestam a uma especulação de ordem geral sobre a língua vista como um conjunto de signos.⁶⁵ Os temas são tratados separadamente, em diferentes capítulos, e para cada princípio proposto existem tentativas formais de demonstração na língua. As teses apresentadas desenvolvem-se sob os axiomas racionalistas, num tom que prima pela clareza e concisão, colocando no pensamento, na razão, a fonte principal do conhecimento humano. A língua é vista como um sistema organizado de expressão das idéias, o que significa, portanto, uma mera simbolização da dimensão lógica. Nesse sentido, são estabelecidos, assim como em Sánchez, dois níveis na construção lingüística: o mental (racional) e o concreto (expressão lingüística).

Tendo em vista o tratamento dado ao fato lingüístico e sua finalidade pedagógica, a G.G.R.P.R. representa um avanço considerável para o estabelecimento do equilíbrio entre teoria e prática lingüística. Nesse sentido, a obra de Port-Royal – e não apenas sua gramática – teve influência decisiva sobre a prática pedagógica e filosófica da época e mesmo dos períodos subsequentes.

A produção lingüística analisada até o momento, referente aos primeiros períodos da Idade Moderna, permite entrever que os

estudos lingüísticos e filosóficos encaminharam-se num crescendo, preparando os rumos trilhados pela ciência da linguagem no grande apogeu do intelectualismo ocidental que foi o Sécuro das Luzes. As influências dos antecessores ligaram-se, no século XVIII, ao contexto mais amplo representado pelos ideais iluministas que empolgaram a Europa pregando o culto à razão, à ciência, ao progresso e inserindo o homem no núcleo desse processo.

Assim, sob o signo das conquistas realizadas no passado e em interação direta com seus contemporâneos, os estudiosos da linguagem do Sécuro das Luzes estenderam suas áreas de trabalho a diferentes campos de interesse. Dentre suas conquistas no período, é possível destacar pelo menos três vertentes maiores: em primeiro lugar, o veio especulativo, que é o das preocupações com as questões pertinentes à origem da linguagem e às relações mentais que determinam o funcionamento das línguas. Seus estudos traduziram-se na produção de gramáticas gerais e ensaios teóricos. Em segundo lugar, os trabalhos pioneiros sobre investigação fonética, que anunciaram os progressos dessa área no século XIX. Finalmente, a área do ensino, incentivando a produção de gramáticas particulares (normativas) que se constituíram, na sua maioria, em manuais escolares.*

No primeiro aspecto, destaca-se de forma evidente a aplicação dos princípios cartesianos na produção das obras voltadas para a comprovação da mente humana como centro gerador dos processos verbais. As posturas assumidas pelos estudiosos modernos

* Já Arens classifica os estudos lingüísticos europeus no século XVIII em três orientações: consideração racionalista-psicológica - francesa, exame antropológico alemão e estudo histórico-analítico inglês.

da abordagem especulativa deixaram entretanto de ser tão unilaterais quanto as do século anterior podendo-se mesmo sentir em suas propostas tentativas de equilíbrio entre as teses racionalistas e certos procedimentos empíricos. A língua era vista, em geral, como um sistema lógico, analítico e racional. As principais pesquisas voltavam-se para o estabelecimento de universais lingüísticos, subjacentes às línguas particulares. A comprovação da existência dos universais possibilitaria a configuração dos princípios gerais e abstratos de todas as línguas, postulados pelas teorias em questão. À indução reservava-se o papel de servir à avaliação do grau de confirmação de uma hipótese pelos fatos. Segundo Leibniz, como já visto no capítulo anterior, devia-se mesmo criar uma lógica das probabilidades a par do conhecimento completamente seguro.

Tais premissas possibilitaram o fortalecimento de uma linha de produção lingüística que propunha primordialmente: criação de uma língua universal que servisse à comunicação intercontinental; aplicação das ciências matemáticas à linguagem, a partir da aplicação de métodos analíticos; demonstração da língua como um sistema lógico e analítico; universalismo filosófico da teoria gramatical; união entre linguagem e pensamento.

O aspecto que se refere ao audacioso projeto de criação de uma língua artificial, foi defendido por vários estudiosos, dentre os quais LEIBNIZ, quando previa que *"com o avançar do tempo registrar-se-ão todas as línguas do universo, elas serão colocadas em dicionários e em gramáticas, far-se-á a comparação entre elas."* Para esse filósofo, dependia das pessoas fixar as significações em alguma língua de sábios trabalhando para destruir a *"torre de Babel"*.⁶⁶

Como se vê, o caminho traçado simultaneamente por Bacon e Descartes, permitiu a LEIBNIZ pisar mais firme no terreno lingüístico-filosófico, mergulhando ainda mais profundamente na questão do universalismo, ao propor o estabelecimento de um alfabeto de idéias:

Cheguei a esta consideração notável, ou seja, que se poderia inventar um certo alfabeto dos pensamentos humanos e que, a partir da combinação das letras deste alfabeto e da análise das palavras formadas com elas tudo poderia ser descoberto e testado (...). Nesse tempo não avaliei suficientemente a grandeza da matéria mas depois, quanto mais progressos fiz no conhecimento das coisas, tanto mais resolutamente tornei na decisão de desenvolver tão importante assunto.⁶⁷

Para se compreender a ousadia destas ambições é preciso lembrar-se que o homem do século XVIII, no final e apogeu da Idade Moderna, sentia-se mais forte em relação ao homem medieval, submetido à vontade divina. O progresso da ciência e o culto à razão incentivavam todo projeto que procurasse unir o espírito científico às ciências humanas. No que concerne os trabalhos lingüísticos, isso se deu com a aplicação do método analítico ao estudo da língua em busca de sua configuração como um sistema. Além de Leibniz, Beauzée e Condillac esposavam teorias que viam a língua como um sistema lógico de signos de representação e expressão de juízos.

O sensualismo de Locke exerceu influências sobre essa corrente de percepção da linguagem, sobretudo sobre Condillac, para quem a reflexão surgia da sensação por meio de uma simples transformação, o mesmo se dando com a expressão (linguagem) — fruto da reflexão. Considerava toda língua um método analítico e todo método analítico uma língua.⁶⁸

Já a posição de Beauzée não procurava impor a todas as línguas um único sistema. Sua gramática geral, universalista, consistiu na continuação crítica e culminação da obra de Port-Royal, fundamentando-se sobre duas espécies de princípios: os que constituem as gramáticas das línguas particulares, resultado de convenções arbitrárias e mutáveis; e aqueles de validade universal, decorrentes da própria natureza do pensamento humano. Assumia também certas premissas do empirismo, chegando a afirmar que *"o caminho da observação e da experimentação é o único que pode conduzir-nos à verdade."* ⁶⁹

Com efeito, a partir dessas observações fica comprovada a influência simultânea das correntes empiristas e racionalistas sobre os principais gramáticos e filósofos da linguagem do século XVIII. Eles foram capazes de adotar postulados que valorizavam a experiência, embora, na sua concepção o pensamento imperasse com absoluta independência sobre a experiência. Todos os juízos formulados pela razão distinguiram-se, além disso, pelas características da necessidade lógica e da validade universal. ⁷⁰

A busca de princípios universais encontrou, também eco no panorama de grande fermentação cultural vivido nos períodos que precederam a revolução industrial inglesa e os primeiros indícios do sentimento nacional alemão. Foi nesse ambiente que se produziram a gramática de Harris e as especulações de Herder, na Inglaterra e Alemanha, respectivamente.

Harris, partidário do universalismo, elaborou uma gramática geral não-cartesiana onde destacava as diferenças superficiais entre as línguas. O autor inglês detalhou em *"Her-*

mes"; seu principal trabalho, os princípios gerais e abstratos que podiam ser observados em todas as línguas, tais como as diferenças entre as diversas línguas e as duas classes de palavras (principais e acessórias) que compunham a teoria semântica do autor. Em "*Hermes*", Harris mostrou-se inatista e universalista, fazendo sempre a vinculação entre linguagem e lógica e atribuindo uma origem divina à capacidade humana de configurar idéias gerais. Tanto por essas posições quanto pela valorização da observação empírica, a gramática de Harris aproxima-se bastante da de Condillac.⁷¹

Na Alemanha, as teorias sobre a linguagem deveram muito às colocações de Herder, que buscava a melhor explicação para as relações entre linguagem e pensamento, considerando-os inseparáveis e paralelos em sua evolução. Herder via a linguagem como instrumento, conteúdo e forma do pensamento humano. Suas teses demonstravam a importância do indivíduo e da razão no panorama das considerações lingüísticas. Sente-se nele as raízes do Romantismo lingüístico alemão, cuja maior expressão seria Humboldt.⁷²

A aplicação prática dos postulados dos estudiosos setecentistas citados até aqui, fez-se principalmente por meio da elaboração de gramáticas gerais, com cores fortemente marcadas pela produção intelectual do século. O estudo do quadro formado por estas produções e reflexões permite o estabelecimento de importantes pontos de encontro no que toca às percepções do fe-

* *Hermes or a philosophical enquiry concerning language and universal grammar*, publicado em 1751.

nômeno lingüístico pela corrente especulativa. Exemplo disso é a concordância da quase totalidade desses gramáticos no estabelecimento de categorias gerais, inatas, racionais no entendimento das línguas particulares, a partir da manipulação dos dados fornecidos por estas. Dois séculos depois, Chomsky, em sua *Lingüística Cartesiana*, corrobora essa posição, afirmando que para a corrente cartesiana os fatos das línguas particulares não eram mais que simples casos específicos dos aspectos gerais da estrutura da linguagem, formulada na gramática geral. Ou mais ainda, os próprios traços universais poderiam ser explicados com base nas suposições gerais sobre os processos mentais. Assim, fica claro que houve uma tentativa de criação pela maioria dos gramáticos generalistas, de uma teoria da gramática que não era somente *geral* mas também *racional*.⁷³

No panorama formado pelas investigações lingüísticas do século XVIII, a corrente filosófica e racional apresentou, portanto, uma produção de indiscutível relevância para os estudos lingüísticos. Toda atividade paralela a esse tipo de especulação no período foi mais esporádica e seguia rumos incertos, preparando apenas os caminhos a serem seguidos pelos lingüistas dos séculos posteriores. Tal é o caso das pesquisas comparativas ou relativas à investigação fonética, que só assumiram um caráter efetivamente sistemático no século XIX, após a descoberta do sânscrito e a constatação do avançado estágio de estudos que haviam atingido os lingüistas da Índia antiga.

Não se pode perder de vista, também nesse caso, a influência exercida pelas modificações históricas ocorridas no mundo moderno, tais como o desenvolvimento técnico e suas repercussões sobre a educação e a economia. O advento da imprensa, por exemplo, obrigou os países europeus a maiores reflexões so-

bre as diferenças observadas nas relações entre forma escrita e pronúncia, em função da necessidade de uniformização da grafia. Tal acontecimento desencadeou, sobretudo na Inglaterra e na França, várias investigações voltadas para análise dos sons e para a comparação entre os códigos oral e escrito. Além disso, o incremento do comércio internacional e o advento de certas preocupações com a educação favoreceram o surgimento de estudos descritivos das línguas estrangeiras e vernáculas. Todos esses novos elementos agiram como propulsores das pesquisas desenvolvidas na segunda área para qual se voltava, embora de forma marginal, a Linguística no período: os estudos descritivos e fonéticos.

As questões fonéticas foram tratadas até e durante o século XVIII sob os títulos de ortografia e ortoêpia, com destaque nessa época para as investigações de estudiosos como Wilkins, Hume, Wallis, Holder e Tucker sobre a descrição dos sons da língua inglesa. No que diz respeito a essa fase, é *"interessante observar que, além de problemas relacionados à escrita, foram focalizadas modernas questões ligadas ao estudo fonético, tais como o ensino do inglês a estrangeiros, o ensino da fala a surdos e o cultivo do inglês padrão."*⁷⁴

Dentre os estudiosos da fonética que receberam influência do enfoque empirista, destaca-se a figura de Holder que, com base na exposição sobre a formação dos sons realizada na gramática de Wallis, elaborou um trabalho notável pela seriedade de suas observações fonéticas. Sua excelente descrição dos órgãos fonadores assim como dos sons da fala enquadra-se ainda num modelo atual. A contribuição de HOLDER fica assim explicitada:

Estabeleceu uma teoria geral sobre a pronúncia, relacionando as diferenças consonantais a diferenças de **contato** entre um órgão e outro... relacionou as diferenças vocálicas a diferentes graus de abrimento, a que se somam as distinções de elevação da língua na parte anterior ou posterior da boca e distinções relacionadas ao arredondamento dos lábios.⁷⁵

As observações de Holder permaneceram, entretanto, ignoradas por mais de um século, apesar de Tucker ter apresentado posteriormente estudos de descrição fonética seguindo a mesma linha.

As preocupações com a representação dos sons contribuíram para o estabelecimento de símbolos até hoje empregados no alfabeto fonético internacional. WILKINS, para citar apenas um estudo sobre o assunto,

...incluiu no seu *Essay* um quadro de sons que pode ser comparado com as primeiras edições do Alfabeto Fonético Internacional; incluiu também um 'alfabeto orgânico', com desenhos das articulações de oito vogais e vinte e seis consoantes. Os desenhos representam propriedades fonéticas gerais e mostram as posições dos lábios e da língua.⁷⁶

Ainda no campo descritivo, em função de fenômenos históricos vistos anteriormente, houve preocupações com o parentesco das línguas que se traduziram nos estudos de lingüística histórica do período. Foram produções isoladas e de pouca monta, presas a questões que não levaram em conta o parentesco genético e se preocuparam com questões estéticas dentro do domínio tipológico, normativo ou retórico. Os resultados desses estudos estiveram mais ligados ao surgimento da gramática comparada do século XIX, do que à produção gramatical propriamente dita, do século XVIII. Tais investigações, dentro do horizonte geral dos estudos lingüísticos no século XVIII, foram esparsas e marginais, não chegando a alcançar a relevância que teve a área da gramática filo-

sófica.⁷⁷ As maiores contribuições dos estudos fonéticos para a Lingüística Moderna residem, pois, nos avanços que foram alcançados para o estabelecimento das relações entre escrita e pronúncia.

Os estudos sobre a uniformização da ortografia foram capazes, também, de gerar pesquisas em outras áreas, em particular, na que se refere à última vertente dos estudos lingüísticos desenvolvidos no século XVIII: o campo do ensino. Segundo tese defendida por André Chervel, a preocupação ortográfica foi responsável pelo interesse que, em fins da Idade Moderna, incentivou a criação das gramáticas escolares. Uma vez que o código oral era perfeitamente dominado sem o auxílio da escola, foi necessário que se criassem mecanismos que tornassem homogênea sua transcrição em todo o país.⁷⁸

A questão do ensino das línguas modernas no século XVIII não podia, portanto, perder de vista os objetivos ortográficos que participaram de sua constituição. Até a época Renascentista e boa parte do século XVII, com persistências no período oitocentista, ensinava-se aos alunos a gramática latina, levando-se em conta que essa era a língua escrita oficial. Em função disso, pouco se sabia sobre a estrutura das línguas modernas sendo aplicado, na maioria das vezes, o mesmo modelo das gramáticas latinas nas explicações do vernáculo. Tal fato começou a despertar inquietação nos pedagogos modernos, que passaram a postular a criação de gramáticas que visassem ao exame do funcionamento das línguas nacionais. Essas reivindicações foram em parte atendidas pelos gramáticos generalistas – como no caso da gramática de Port-Royal – embora estudos demasiado teóricos não fossem convenientes à prática escolar. Abria-se, assim, um novo campo de trabalho para os

estudiosos voltados a uma produção mais normativa, prática e cuja ênfase fosse o ensino da língua materna (sobretudo da variedade escrita) aos estudantes.

Por outro lado, o já mencionado advento da imprensa fez crescer a busca pelo aprendizado do vernáculo e pela instrução em geral, embora a idéia de educação universal não tivesse sido alcançada na Europa antes do século XIX. Paralelamente, a evolução do sentimento nacionalista ajudou no interesse pelo aprendizado das línguas vernáculas, o que pôde ser facilitado pelo incremento das comunicações; o estudo das línguas estrangeiras e clássicas foi também incentivado pelo afluxo de textos impressos - literatura, gramáticas e dicionários.

No que diz respeito à difusão dos ideais lingüísticos, sabe-se que na França, por exemplo, até o século XVIII, era pequena a produção analítica sobre a língua francesa. Até então, os manuais de francês destinavam-se principalmente ao uso dos escrivas e tipógrafos, enquanto nas escolas a ênfase maior recaía sobre o aprendizado da leitura. As modificações sociais e ideológicas das últimas décadas desse século abriram, entretanto, caminho para a publicação do primeiro manual de gramática escolar de autoria de Charles Lhomond: *Eléments de la Grammaire Française*, em 1780. A obra foi adotada por mais de um século nas escolas francesas, tendo grande aceitação devido à sua simplicidade e brevidade, além de seu claro objetivo ortográfico. O manual de Lhomond pretendia ensinar as regras da escrita francesa, sua ortografia e pontuação; extrair conceitos gramaticais úteis para a gramática latina, a partir do francês e melhorar a prática lingüística (oral) do aluno.⁷⁹

Já na Inglaterra, a prática escolar ajustou-se à tônica

da época, visando sobretudo ao aprendizado da língua latina, para que se voltava a maior parte da produção gramatical. Nas escolas públicas inglesas, preconizava-se o estudo de temas ligados à tradição clássica. MONROE comenta a esse respeito, que

... em parte alguma pôde-se encontrar, por período tão longo, uma educação elementar e secundária com tão restrito conteúdo intelectual. Além do domínio dos rudimentos da gramática que eram exigidos para o ingresso, todo o trabalho era devotado por seis a nove anos à composição de prosa latina e grega e a escrever versos, especialmente em latim.⁸⁰

No caso da Alemanha, o ensino recebeu sérias influências religiosas – como, por exemplo, do pietismo – prevalecendo o interesse pelo ensino de línguas clássicas que possibilitasse aos alunos a leitura da Bíblia no original. Por outro lado, dentro da corrente de fortalecimento do espírito nacional no final do século, pretendia-se ainda o aproveitamento de modelos antigos, sobretudo do grego, para o desenvolvimento do espírito e da vitalidade.⁸¹ Na Península Ibérica, sobretudo em Portugal, os fenômenos configuraram-se de maneira um pouco diversa em função da peculiaridade do contexto político-cultural apresentado, demandando análise à parte.

Contra a situação de predomínio do ensino da língua latina na maioria dos países europeus, a influência dos postulados iluministas gerou entre os intelectuais e teóricos do período a luta pelo "*estudo e fixação das línguas nacionais como forma de assegurar a própria expressão e perpetuidade das realizações do pensamento.*"⁸²

Percebe-se, portanto, na análise do quadro dos procedimentos lingüísticos relativos ao ensino, que estes não receberam

um tratamento mais profundo por parte dos historiadores de Linguística que tiveram análise preferencial no presente estudo. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que a democratização do saber só se constituiu em verdadeira preocupação após o estabelecimento efetivo da burguesia como classe social dominante. Mesmo assim, e por longo tempo, o conhecimento aprimorado da língua pátria constituiu-se num privilégio de grupos, que, por sua condição social e suas vantagens econômicas, podiam ter acesso ao ensino ministrado nas escolas.

Para a ciência linguística em geral, houve na Idade Moderna sérios progressos com relação ao se pensar a língua. Esta tornou-se, pela aplicação do método científico, um verdadeiro objeto de estudo, demandando a seus especialistas um esforço de renovação teórica e prática. Desse modo, o que se observa é o engrandecimento da relação homem-linguagem, em função das injunções experimentadas em sua conjuntura, deixando um inestimável legado para os séculos posteriores.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- ¹ HOBBSAWN, E.J. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p.37-8.
- ² BESSON, W. História. In: *Enciclopédia Meridiano-Fischer*. Lisboa, Mediterrâneo, 1965. p.258-76.
- ³ BESSON, p.260.
- ⁴ BESSON, p.279.
- ⁵ NOVAIS, F.A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. Hucitec, 1981. p.61.
- ⁶ REMOND, R. *O antigo regime e a revolução. (1750-1815)*. São Paulo, Cultrix, 1976. p.72.
- ⁷ VIVES, J.V. *História general moderna*. Barcelona, Montaner Y Simon, 1952, v. 2, p.124.
- ⁸ REMOND, p.74.
- ⁹ HOBBSAWN, p.40.
- ¹⁰ REMOND, p.75.
- ¹¹ BESSON, p.281.
- ¹² REMOND, p.39.
- ¹³ HOBBSAWN, p.39.
- ¹⁴ HOBBSAWN, p.27.
- ¹⁵ BESSON, p.280-1.
- ¹⁶ REMOND, p.53.
- ¹⁷ HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986. p.129.
- ¹⁸ NOVAIS, p.61.
- ¹⁹ HUBERMAN, p.119.
- ²⁰ NOVAIS, p.62.

²¹HUBERMAN, p.130.

²²NOVAIS, p.61.

²³HUBERMAN, p.132.

²⁴VIVES, p.124.

²⁵CROUZET, M. *História geral das civilizações: o século XVIII*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1957. p.186.

²⁶REMOND, p.78.

²⁷REMOND, p.78.

²⁸MUCHEMBLED, R. *La culture populaire et la culture des elites dans la France moderne (XV^e - XVIII^e siècles)*. Paris, Flammarion, 1976.

²⁹DARNTON, R. *O grande massacre de gatos; e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986. p.40-92.

³⁰DARNTON, p.90.

³¹HAUSER, A. *História social da literatura e da Arte*. São Paulo, Mestre Jou, 1980-1982. p.651-52.

³²CROUZET, p.183.

³³HAUSER, p.690.

³⁴HAUSER, p.693.

³⁵HAUSER, p.759.

³⁶PRADO JR., C. *O que é filosofia?* São Paulo, Brasiliense, 1981. p.72-7.

³⁷DESCARTES, R. *O discurso do método*. In: *Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1973. p. 42-9, 54-9.

³⁸HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. Coimbra, A. Amado, 1980. p. 68-70.

³⁹CHATELET, F. *O Iluminismo: o século XVIII*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.16.

⁴⁰HESSEN, p. 116-7.

⁴¹CHATELET, p.104.

⁴²CARDOSO, C.F. *Uma introdução à história*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p.16.

⁴³FALCON, F.J.C. *A época pombalina*. São Paulo, Ática, 1982. p.121.

⁴⁴ CARDOSO, p.16

⁴⁵ CHATELET, p.104.

⁴⁶ CARDOSO, p.15.

⁴⁷ CHATELET, p.75.

⁴⁸ CHATELET, p.16.

⁴⁹ Cf. ROGIER e WERNET, o rigorismo jansenista caracterizou-se pelo puritanismo na teologia moral e o receio na espiritualidade; pela presença de um Deus onisciente, onividente e onipresente que conhecia os segredos de todas as consciências; pela exigência de condições sobre-humanas de acesso aos sacramentos e ênfase na contrição perfeita; enfim, pela rejeição de todo tipo de laxismo moral (ROGIER, L. *Nova história da Igreja*. Petrópolis, Vozes, 1984. WERNET, A. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo, Ática, 1987).

⁵⁰ FALCON, p.6

⁵¹ ROBINS, R.H. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979. p.78.

⁵² KIBBEE, D. John Palsgrave's, *L'éclaircissement de la langue française* (1530). *Historiographia linguistica*, Amsterdam, 12 (1/2): 27-62, 1985.

⁵³ ROBINS, p.76-7.

⁵⁴ CARRETER, F.L. *Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII*. Madrid, Espejo, 1949. p.133-4.

⁵⁵ CARRETER, p.133-4.

⁵⁶ A vinculação entre a teoria sanctiana e os postulados gerativistas faz parte de uma controvérsia que tem mobilizado vários lingüistas modernos. Chomsky apresentou trabalhos onde refuta essa ligação por considerar a teoria da elipse do Brocense como um simples mecanismo de interpretação de textos latinos obscuros. Mas Lakoff (1969), Michelena (1975), Padley (1976) e Clericó (1977) rebatem sua posição argumentando que a distinção entre "sintaxe natural" e "sintaxe figurada" de Sánchez foi um dos pontos de partida das teorias sintáticas que desembocaram mais recentemente na distinção entre estrutura profunda e estrutura de superfície da gramática gerativa. (Cf. HERNANDES TERRES, J.M. *La herencia de la retorica clasica en la Minerva*. *Historiographia Linguistica*, Amsterdam, 12 (3): 373-87, 1985.

⁵⁷ ROBINS, p.89-

⁵⁸ BACON, F. *Novum organum*. In: *Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1984. p.229.

⁵⁹ HAUSMANN, T.J. Louis Meigret, humaniste et linguiste. *Historiographia linguistica*, Amsterdam, 7 (3): 335-50, 1980.

⁶⁰ SÁNCHEZ, F. *Minerva seu de causis linguae latinae* (1587), cit. por ARENS, H. *La lingüística sus textos e su evolucion desde la antigüidad hasta nuestros dias*. Madrid, Gredos, 1975. p.100.

⁶¹ DESCARTES, p.42-9, 54-9.

⁶² ARENS, p.125 e CHOMSKY, N. *Lingüística cartesiana*. Petrópolis, Vozes, 1972. p.68.

⁶³ ROBINS, p.30.

⁶⁴ KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Lisboa, Ed.70, 1974,p.227.

⁶⁵ DONZÉ, R. *La grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*. Berne, Francke, 1967. p.16-7.

⁶⁶ LEIBNIZ, G. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. In: *Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1984. p.226-67.

⁶⁷ LEIBNIZ, cit. por RUSSEL, Bertrand. *A filosofia de Leibniz*. São Paulo, Nacional, 1968. p.264.

⁶⁸ ARENS, p.148-53.

⁶⁹ BEAUZÉE, N. *Grammaire Générale ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage*. 1767, cit. por ARENS,p.161.

⁷⁰ HESSEN, p.62.

⁷¹ ROBINS, p.123-5.

⁷² SCHAFF, A. *Linguagem e conhecimento*.Coimbra, Almedina, 1974. p.18.

⁷³ CHOMSKY, N. p.68.

⁷⁴ ROBINS, p.93.

⁷⁵ ROBINS, p.93.

⁷⁶ ROBINS, p.94.

⁷⁷ MOUNIN, G. *História da lingüística*. Lisboa, Despertar, s.d. p.147-52.

⁷⁸ CHERVEL, A. *Histoire de la grammaire scolaire*. Paris,Payot,1981.

⁷⁹ TRINDADE, P. *Gramática, sociedade e ideologia: o processo de formação da gramática francesa, segundo André Chervel*. *Frag-menta*. 4:44-61, 1987.

⁸⁰ MONROE, P. *História da educação*. São Paulo, Nacional, 1985. p.243.

⁸¹ MONROE, p.245.

⁸² FALCON, p.117

CAPÍTULO 2

2.1 PORTUGAL NASCE E PENSA

Atingir assim a realidade de um momento histórico em toda a sua riqueza de matizes e de contradições, é rodear-se de garantias para evitar, nas apreciações, o pecado dos pecados, o pecado entre todos irremissível: o anacronismo. PAUL CHALUS.

O processo de desenvolvimento europeu na Idade Moderna, cuja configuração foi analisada no capítulo anterior, apresentou diferenças bastante significativas conforme as regiões ou países observados, como se viu. Considerando-se, pois, essas peculiaridades espaciais torna-se vulnerável qualquer estudo relacionado à Idade Moderna em Portugal que não avalie primeiramente os vários aspectos responsáveis por sua contextualização no período, envolvendo não só o quadro econômico, mas seus desdobramentos na sociedade, enfatizando inclusive o pensamento filosófico e religioso, nos moldes já utilizados para a análise do contexto europeu.

Convém ressaltar, neste caso, a importância do aspecto político no panorama português da Idade Moderna cuja sociedade tinha como característica principal "a estrutura absolutista do poder monárquico e a hegemonia eclesiástica sobre a sociedade civil, forma de expressão de dominação ainda muito real da aristocracia de origem senhorial".¹ Tal tipo de formação político-social acha-

va-se inserido, a partir do século XVI, no contexto já conhecido da expansão mercantil européia e da formação dos Estados Modernos. O despontar do século encontrara um Portugal recém-formado, profundamente voltado para o comércio e navegação e mergulhado em sonhos irrealistas de riqueza e suntuosidade.

O predomínio na expansão ultramarina e o conseqüente incremento do comércio e exploração das colônias, haviam possibilitado a Portugal e Espanha um desenvolvimento econômico mais acelerado em relação aos países vizinhos, ainda atrelados em parte aos esquemas medievais. Mas apesar dessa circunstância, as esperanças de grandiosidade nutridas pelo povo português e incentivadas por seus governantes, foram pouco a pouco perdendo sua força no decorrer dos séculos XVI, XVII até início do XVIII. A má gestão das riquezas geradas pelo comércio com as Índias ou trazidas das colônias americanas – como foi o caso do ouro brasileiro – desencadeou a bancarrota econômica e política:

A atividade mercantil, desvinculada da agricultura e da indústria, não permitiu a acumulação de capitais no país: a prata e o ouro, depois de perturbar e subverter o Reino, fugiam para as manufaturas e as cidades européias, em louca disparada.²

Os três séculos de sobrevivência do império colonial só levaram, portanto, ao atraso científico e ao enrijecimento do direito e da administração. Assim o estado de declínio do reino português vivido no início do século XVII e o conseqüente enfraquecimento do poder prepararam o caminho para a instauração de um governo forte.

Por essa razão, logo após a subida do monarca D. José I ao trono em 1750 e a subseqüente nomeação do Marquês de Pombal para dirigir os assuntos do governo, sérias decisões foram tomadas no

sentido de reafirmar-se o poder do Estado absolutista, acompanhadas da intenção progressista de equiparar, em desenvolvimento, o reino português aos países vizinhos. Sob a égide do despotismo esclarecido, Pombal trouxe novos ares a Portugal graças às reformas feitas no país por meio de uma administração de cunho burguês e, por conseguinte, metódica e prática. Tal gestão configurou um Estado caracterizado como grande empresário e gerente da empresa mercantil e colonial, que desempenhava papel contraditório ao assumir posturas economicamente inovadoras sobretudo na expansão comercial, enquanto se configurava em suas relações internas como sustentáculo da ordem feudal ameaçada³. Efetivamente, uma longa herança havia assegurado no território português a presença marcante da grande propriedade, o que conferia à nobreza e ao clero a maior parte das terras - condição que retardou a organização capitalista da sociedade -, ao mesmo tempo em que reservava ao Estado liberdade para a expansão nas atividades ultramarinas e comerciais. Essa administração, por seu caráter centralizador, tornara difícil a definição de contornos entre a gestão política e a econômica do país.

A partir desse contexto e da dualidade já apontada, as medidas tomadas por Pombal no terreno econômico voltaram-se, sobretudo, para o comércio, o que estendeu aos burgueses alguns privilégios dos nobres, especialmente através da formação das companhias de capitais privados "cuja rentabilidade era assegurada por monopólios garantidos pelo Estado e cuja ação era superiormente dirigida também pelo Estado"⁴. Tornaram-se necessárias ainda medidas de fomento à indústria, já que o monopólio da área era quase exclusivamente inglês, o que impeliu o governo a incentivar as manufaturas locais. No período subsequente a Pombal esse di-

rigismo econômico foi atenuado com a privatização de manufaturas que haviam sido absorvidas pelo Estado. Apesar disso, o surto de acumulação capitalista desencadeado manteve-se ou, pelo menos, produziu efeitos positivos.

As tentativas de mudança encetadas pelo governo pombalino haviam levado a política econômica portuguesa à posição ditas inovadoras, tendo-se em conta, principalmente, a presença de elementos conservadores no seio do governo e da sociedade. Identificam-se, assim, no Portugal do século XVIII e início do XIX, três correntes de pensamento econômico: a primeira, mais tradicional, que preconizava um certo mercantilismo monetarista; a segunda, de cunho fisiocrata, valorizando a produção agrícola; e, finalmente, uma terceira que preconizava o desenvolvimento industrial⁵. Apesar dessa situação só ter-se definido em um período posterior, ainda sob o reinado de José I pôde-se assistir ao surgimento de medidas que procuravam atender simultaneamente a essas três linhas econômicas em que pese sua diversidade, graças à visão de conjunto de Pombal.

Tais complexidades não se davam somente no âmbito político e econômico mas em todo o paradoxal panorama português da época, onde coabitavam uma sociedade com estrutura extremamente tradicional e reformas em quase todos os níveis. Em Portugal, diferentemente das outras sociedades européias em que se assistiu ao crescimento da burguesia, havia o predomínio da sociedade aristocrática senhorial, em parte eclesiástica, em parte leiga.

Estava dividida, como um todo, na tradicional estrutura das sociedades do *Ancien Régime*, estratificada nas três ordens sociais conhecidas. Em Portugal, essa divisão, era por um lado jurídica e por outro uma divisão de valores e comportamentos rigi-

damente estereotipados. Cada ordem ocupava uma determinada posição hierárquica, que pode ser detectada pelo estudo das formas de tratamento, do vestuário e sobretudo pelo exame das leis, pelas quais cada um dos três *estados* recebia diferentes tratamento perante a justiça.⁶

Isso se deu sobretudo na primeira metade do século XVIII, quando o país se encontrava fortemente submetido aos azares da conjuntura externa e das resistências aristocráticas que tinham a Igreja como porta-voz.⁷ Realmente, a grande tônica dentro do painel traçado para essa época era a força que a Igreja exercia não só junto à população, mas também sobre o governo do país. Uma grande parte dessa força estava ligada ao poder econômico, (obtido pela isenção de impostos e pela cobrança de dízimo e oferendas), e era também devido ao temor à Inquisição, o que assegurava o controle não apenas das atividades políticas e sociais, mas de todas as manifestações artísticas e intelectuais. Muito forte ainda era a perseguição religiosa contra os não-cristãos, especialmente judeus, que foram obrigados a converter-se, em sua maioria, ganhando, nesse caso, a alcunha de *cristãos-novos*.

A influência do clero também se fazia sentir no ensino primário, secundário e superior, que era ministrado em quase sua totalidade pelos jesuítas. Tal situação só começou a alterar-se sob a administração de Pombal, que via na força da Igreja e dos jesuítas um entrave à consolidação do seu próprio poder, empreendendo contra os inicianos renhida luta, cuja culminância se deu pela extinção da Companhia de Jesus em 1773. Por sua vez, D. Maria I, sucessora de D. José I, teve uma administração mais moderada, onde as perseguições ao clero ou à nobreza não faziam parte do tom assumido pelo governo.

O clero compunha, portanto, o binômio que, a par da nobreza, constituía a aristocracia — força que podia obstar as tentativas de centralização política.⁸ Os nobres portugueses eram principalmente os grandes senhores de terra, que junto com o clero, possuíam a quase totalidade das terras cultiváveis em Portugal. Entretanto, o peso sócio-econômico da ordem nobiliárquico-religiosa não residia apenas na concentração de propriedade de bens de raiz; mas também nas funções de autoridade que gozavam certos nobres graças ao senhorio. Não se pode esquecer, por outro lado, o caráter mais urbano da nobreza ligada ao comércio: *"Estado-mercador, nobreza mercantil: como tipo social característico, e fidalgo negociante, o alto funcionário-mercador enobrecido."*⁹

Aos outros setores correspondiam as camadas burguesas e os integrantes do aparelho burocrático. A burguesia portuguesa constituía um fenômeno atípico dentro do quadro europeu: formada em parte por comerciantes ingleses e judeus, não tinha nesse país a mesma expressão que em seus vizinhos. Sua autonomia como categoria social foi dificultada por estar a própria nobreza profundamente mercantilizada; a concentração maior da classe burguesa se dava, sem dúvida, nos centros urbanos, onde desempenhava funções burocráticas e pequenas atividades comerciais.

Já as camadas populares, tendo em vista o pequeno número de manufaturas locais, estavam sobretudo ligadas ao trabalho agrícola e aos serviços domésticos.

Dentro desse quadro, interessam principalmente ao estudo os fenômenos que ocorriam na sociedade urbana, berço da germinação e discussão de idéias que se alargaram no período com a aglomeração em torno dos principais centros, em que pese o predomínio do mundo rural. Falcon descreve, com propriedade, a configura-

ção da cidade portuguesa já no século XVIII:

Ancoradouro de nobre e eclesiástico abseintistas, refúgio dos camponeses miseráveis, abrigo e campo de ação dos marginais, a cidade é o lugar de eleição de uma burguesia mercantil, no mais das vezes escassa numericamente e sem recursos econômicos e financeiros consideráveis. O pequeno comerciante e o mestre artesão aí dominam, lado a lado de um número maior ou menor de oficiais ou funcionários do aparelho burocrático central ou local e de um grupo reduzido de profissionais liberais.¹⁰

Essa população distribuída não só nas cidades mas no território que era habitado ou cultivado, viu muito lentamente serem transformadas as estruturas que configuravam sua estratificação social com o crescimento progressivo das cidades e as mudanças e reformas que deixaram o germe das alterações que só processariam, a nível profundo, em períodos posteriores da história de Portugal.

De modo geral, cabe observar que toda a Península Ibérica mostrou características muito próprias dentro desse contexto, com uma participação bastante passiva, inclusive no que diz respeito ao campo do pensamento. Dentro da sociedade portuguesa travava-se uma luta ideológica que refletia nitidamente o próprio paradoxo da conjuntura ibérica em meados da Idade Moderna e particularmente no século XVIII, representado pelo conflito entre o novo e o tradicional, muito forte nesse período. Em Portugal, tal confronto girava principalmente em torno de três grandes questões: a primeira dizia respeito à presença marcante de preconceitos de cunho racial em diversos níveis da sociedade; a segunda referia-se à luta pela modernização tanto no nível político, quanto no econômico e a conseqüente reação contrária em vários setores; e, em último lugar, a preocupação constante com a secularização, paralela ao combate ao clero.

Jayne Cortesão caracteriza o primeiro fenômeno ao identificar no país dois elementos antinômicos: de um lado os que defendiam a todo custo o pensamento e a tradição do governo absoluto e de outro os que entendiam que era necessário libertar o país da ensimesmada reclusão em que vivia e abri-lo amplamente ao espírito científico moderno.¹¹ Em linhas gerais, "*aos estrangeirados, essa minoria que no estrangeiro principalmente em contacto com o Iluminismo francês se enrijara com ventos de todos os quadrantes, opunham-se os castiços, aqueles que, julgando defender valores, defendiam principalmente uma ordem de interesses estabelecidos*"¹². Estrangeirados não eram somente os que recebiam educação no estrangeiro, mas aqueles que, por nascimento ou sangue (como os judeus), diferenciavam-se dos portugueses. O sangue hebraico unia judeus e cristãos-novos, separando-os dos castiços e tornando-os categoria à parte dentro do corpo social. Entretanto, os estrangeirados (judeus ou não) foram importantes no panorama mental por representarem as novas idéias, por serem dotados de visão ampla, criadora, capacidades intelectuais que os faziam necessários à monarquia¹³.

Ao segundo aspecto, ou seja, o da modernização, correspondia justamente o ideário dessas elites pensantes empenhadas não apenas nas transformações de cunho social, mas políticas e econômicas, preocupadas inclusive com a educação, os códigos legais, entre outros aspectos. Esse fenômeno não podia ser exatamente considerado como um movimento intelectual organizado como ocorria nos outros países europeus. Tratava-se, na maioria, de intelectuais que tinham tido algum contacto com o estrangeiro e confrontavam suas experiências com o quadro local.

Pouca produção escrita restou dessas discussões, tendo gran-

de destaque no período a extensa obra de Luis Antônio Verney*, cuja importância lhe rendeu o posto de primeiro lugar no movimento da Ilustração portuguesa. Formado pelos padres da ordem do Oratório, que defendiam, em oposição aos jesuítas, o racionalismo moderno, Verney criticou todo o sistema de ensino português do primário ao ginásio, em sua principal obra, *O Verdadeiro Método de Estudar para ser Útil à República* (1746)¹⁴. Os questionamentos à Universidade portuguesa feitos por Verney, visavam principalmente à Universidade de Coimbra, símbolo do saber erudito em Portugal e dominada pelo ensino **jesuítico** até o governo pombalino. A relevância de Verney para a história do pensamento português colocou-o, para alguns autores, como elemento de ruptura entre o velho mundo estabelecido e as transformações que começaram a se operar a partir de Pombal: "*Nesse universo mental, dominado em larga escala pelo marasmo, pela estagnação, o abalo e o 'corte' são se verificaram realmente com **O Verdadeiro Método de Estudar.***"¹⁶

Tal ruptura está ligada também ao terceiro ponto em questão, ou seja, ao que concerne à questão da secularização. Com a intensificação da crítica, houve abertura para uma nova cosmologia que se opunha especialmente ao poder eclesiástico e à rígida dominação por ele exercida sobre as mentes e os comportamentos sociais. A passagem de um universo medieval ou católico-feudal

* Autor ilustrado português, de ascendência francesa, considerado *estrangeirado* em seu país por sua vivência no exterior, sobretudo na Itália, e por ter sofrido influências iluministas.

para um mundo moderno, progressivamente secular e burguês, só se faria se as mudanças se operassem em todos os níveis. Mas tais formas de consciência nada mais eram que "projeções no nível conceitual das condições estruturais e dos fatores conjunturais que definiam as diversas formações sociais de então." ¹⁷

Em função dessas lutas, pode-se tentar traçar um quadro mental da sociedade portuguesa, considerando-se, é claro, que nessa época Portugal se configurava como um dos países mais conservadores da Europa, onde as transformações se operavam muito lentamente e quase sempre depois de grande batalhas para se impor face ao caráter reacionário local. Esse comportamento foi responsável pela criação de uma visão do mundo completamente toldada, ensimesmada, fechada ao exterior. ¹⁸

A esse respeito, é pertinente o comentário de SARAIVA sobre o estado em que se encontrava a produção intelectual do país até a segunda metade do século XVIII:

O atraso dos estudos superiores era grande; ignorava-se todo o movimento de renovação da filosofia e das ciências dos últimos dois séculos, e Newton, Descartes, Leibniz, Locke, eram desconhecidos em Coimbra. ¹⁹

Porém bem mais que simplesmente limitado a questões referentes a posturas econômicas, legais ou pedagógicas, o problema básico desenvolvia-se entre ciência e religião e não seria resolvido apenas pela assimilação do novo ao velho, na medida em que cada corrente partia de premissas irreduzíveis uma à outra. ²⁰

Em suma, as estruturas mentais do homem médio português da Idade Moderna configuravam-no como personagem reacionário, re-

jeitando qualquer elemento estrangeiro. Essas afirmações podem ser comprovadas, em parte, pelas sistemáticas perséguções aos judeus e cristãos-novos. Do preconceito racial e também social e elitista não estavam isentos nem mesmo os intelectuais da época. Exemplo de elitismo social está patente em um trecho das *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, do ilustrado Antônio Ribeiro Nunes SANCHES:

Não são todas as classes sociais ou profissionais que têm capacidade ou direito de estudar, há excesso de escolas eclesiásticas de ler e escrever, as quais só concorrem para despovoar os campos: ora o trabalho e a indústria são as bases da sociedade civil, pois a educação é apenas para quem tiver cabedais.²¹

Fazia-se notar também certa resistêcia no que diz respeito às mudanças políticas e econômicas, apesar de exceções como os grandes intelectuais da Ilustração Portuguesa, Verney, Pomal, Alexandre de Gusmão, Ribeiro Sanches, entre outros. Mesmo a Ilustração foi um fenômeno *importado*, não oriundo do crescimento intelectual, dos questionamentos e da germinação de idéias dos próprios portugueses.

Mas as principais críticas realmente levantadas pelo homem português no final da Idade Moderna, aí então legítimas em sua origem e reivindicações, eram contra a presença eclesiástica, cujo peso tanto na política quanto na economia retardou a secularização, ao mesmo tempo que causava sérios transtornos à própria razão de Estado.²² A questão religiosa ocupava, com efeito, papel de destaque dentro do quadro em questão, não só pelo desejo da sociedade em fugir a esse domínio como, também pelas questões

internas de disputas entre ordens e doutrinas religiosas, como no caso das hostilidades entre jesuítas e oratorianos. Verney desferiu severas críticas aos jesuítas, de quem havia sido discípulo, acusando-os de travarem o desenvolvimento científico, usando o ensino como veículo de sua ideologia.²³ Além disso, o governo pombalino, profundamente preocupado com a educação, fez severas exigências aos jesuítas. Tal luta acirrou-se ainda mais quando os setores mais conservadores passaram a acusar a Ilustração e as posições racionalistas de partilharem das teses jansenistas.

Todas essas questões ilustram sobremaneira a importância capital da discussão religiosa para o homem português do século XVIII, comprovando mais uma vez que, por detrás de todas as posições contestadas ou defendidas, o que se via era, em grandes linhas, uma luta pela secularização da sociedade, na qual a mentalidade portuguesa da época era o principal agente.

2.2 PORTUGAL TAMBÉM FALA

O panorama ibérico na Idade Moderna desenvolveu-se, como se percebeu até agora neste estudo, um pouco à parte do contexto europeu do período, embora apresentando alguns pontos de aproximação. O quadro da conjuntura portuguesa desenvolvido no item anterior permitiu, mais uma vez, observar que os fenômenos político-econômicos do período tiveram repercussão nas correntes de pensamento que circularam no país. Isso não quer dizer, entretanto, que não houvesse mais resquícios da cultura medieval. Sabe-se que havia nessa fase em Portugal, a convivência de duas grandes forças opostas: primeiramente, o conservadorismo, mantenedor da cultura clássica e medieval, contra quem se voltava a segunda vertente, a do espírito de renovação e de progresso nascentes. Essas duas forças antagônicas permaneceram em conflito durante toda a Idade Moderna, havendo, conforme a época, alternâncias entre o predomínio de uma ou de outra no panorama mental português.

Com relação aos estudos lingüísticos, a influência conservadora traduziu-se, nos primórdios dos tempos modernos, sobretudo pela valorização absoluta do latim como língua de maior prestígio e única aceitável na expressão intelectual. Para tal situação concorria, entre outros fatores, a permanência fragmentária da ordem medieval, dominada pela Igreja Católica Romana, que adotava para suas práticas a língua latina. Aumentava ainda esse domínio cultural eclesiástico o fato das bibliotecas e escolas es-

tarem concentradas nos conventos ou igrejas das ordens religiosas, o que configurava o monopólio do saber e o conseqüente ensino da língua pela Igreja Católica. Esse domínio cultural exercido pelas ordens religiosas valorizou sobremaneira o estudo e ensino do latim. Portanto, a gramática latina figurava, sempre a par com a Retórica, como uma das principais disciplinas, merecendo grande interesse dos estudiosos da linguagem. A gramática tornou-se na Idade Monástica a arte por excelência, cuja importância sobrelevava as demais.²⁴ Nessa conjuntura o romance não era reconhecido na condição plena de língua, servindo apenas como mero veículo para a aprendizagem do latim. Seu estudo estava proibido nas escolas portuguesas, ainda no século XVI.²⁵

Para a corrente reacionária, as línguas vulgares eram toscas e insuficientes na expressão das altas criações do espírito, o que insuflou o aparecimento de vozes contrárias a tais posições. Conseqüentemente, os novos interesses fizeram surgir no terreno lingüístico obras que colocavam as línguas vulgares em posição até então reservada apenas ao latim, como foi o caso da produção literária em geral e das publicações laudatórias à língua portuguesa como as de João de Barros, Severim de Faria, Pero Magalhães de Gândavo e Álvaro Ferreira de Vera.²⁶

A partir de uma herança ligada à tradição medieval latina, os estudiosos da Idade Moderna haviam construído um esquema gramatical que aplicaram às línguas modernas como primeiro estágio da sua nobilitação gramatical.²⁷ Isso vem provar que lingüistas renascentistas, como João de Barros, Fernão de Oliveira, Duarte Nunes de Leão, estavam afinados com o seu tempo ao garantir a continuidade de uma tradição intelectual, ao mesmo tem-

po em que tentavam responder aos anseios decorrentes de um novo contexto.²⁸ Era o espírito de renovação que começava a expandir-se na Europa, e foi reforçado na Península Ibérica pela euforia nacionalista que contagiava Portugal e Espanha no momento de sua organização como Estados Nacionais. Foi natural, portanto, em tal conjuntura, que surgissem reivindicações de gramáticos ibéricos pugnando pelo estudo do vernáculo como expressão e cimento da personalidade coletiva, como foi o caso do precursor espanho Nebrija.*

Leite de Vasconcelos resume as conquistas desse período em Portugal levantando como características principais:

- a) a preocupação dos gramáticos com a semelhança entre a gramática latina e a portuguesa, em virtude do prestígio do latim como forma de expressão culta;
- b) a necessidade da criação de normas para uniformizar a ortografia do português;
- c) o estudo cada vez mais profundo do léxico e consequente publicação de dicionários;
- d) sentimento patriótico da superioridade da língua portuguesa em face das demais.²⁹

* Esse autor publicou, em 1517, *Reglas da Orthografia em la lengua Castellana*, que constitui um dos primeiros estudos das línguas européias modernas.

Entre esses aspectos, o nacionalismo lingüístico parece ter assumido caráter marcante, conquistando gramáticos e escritores. Constituem-se em ilustração dessa tendência os já citados Fernão de Oliveira e João de Barros, aos quais se devem as primeiras gramáticas da língua portuguesa publicadas, respectivamente, em 1536 e 1540. Ambos viam na língua a mais firme garantia do futuro do Império Português em todo o mundo.³⁰ Fazia-se necessário, nesse contexto, que a língua nacional configurasse a expressão de todo o país, sendo uniforme em todas as regiões conquistadas. Para tanto, buscou-se a criação de uma norma única na descrição do vernáculo, que fez surgirem considerações sobre as novas abordagens que eram exigidas na organização das gramáticas.

Foi necessária também uma renovação terminológica, tendo em vista tratar-se de uma língua que não havia ainda sido descrita. Nesse marco de atualização dos modelos gramaticais, com vistas à elucidação dos conceitos e necessidades da língua portuguesa, destacaram-se novamente Fernão de Oliveira e João de Barros.

A gramática de Fernão de Oliveira não se apresentava nos moldes tradicionais das gramáticas latinas, nem nos das obras que a seguiram. Consistia sobretudo em uma série de considerações do caráter um tanto assistemático e informal sobre a língua portuguesa. Seu ponto alto era o estudo pormenorizado da pronúncia, articulação e grafia dos sons do português.³¹ Esta ênfase na descrição dos fenômenos fonéticos, principalmente os prosódicos, permite presumir que o estudo destinava-se em especial ao ensino do português aos estrangeiros.³²

A gramática de João de Barros estava, por sua vez, mais calcada nos moldes latinos, tentando aproximações entre a orga-

nização do português e a do latim, inclusive na aplicação dos casos e declinações. Identificava nove partes na língua (artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição, interjeição) que *partiam* sua gramática em quatro divisões: ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe.³³ As semelhanças dessa gramática com as do molde latino não eram estranháveis no quadro em que foi gerada, não só por sua herança gramatical, como pelo espírito de valorização da tradição clássica, ainda forte no período.

O principal mérito desses autores, pioneiros do estudo da gramática portuguesa, foi o de inaugurar uma nova era nas pesquisas lingüísticas em Portugal, colocando-se contra o esquema de idéias em vigor e incentivando o interesse pela língua portuguesa nos estudiosos que os sucederam.

Ainda no panorama dos primeiros estudos sobre o português, merece menção especial a obra de Duarte Nunes de Leão *, na qual se teceram pertinentes observações sobre a evolução da língua e e sobre os valores semânticos, sempre dentro de um espírito de enaltecimento da cultura nacional.³⁴

Como se pôde notar, conservadorismo e renovação eram posturas em permanente conflito já no século XVI. Não havia, entretanto, predomínio de uma ou outra dessas cosmovisões, sendo possível afirmar que elas se encontravam em equilíbrio de forças.

Já no período posterior, o quadro configurou-se de modo

*Autor de *Ortografia* (1576) e *Origem da Língua Portuguesa* (1606).

um tanto diverso, devido a fatores que podem ser explicados pela conjuntura histórica. A efervescente produção cultural do século XVI experimentou no século seguinte um certo declínio, cujas origens podem ser buscadas na decadência econômica advinda após o surto da expansão marítima e também na já referida controvérsia político-religiosa da época. Esta questão contava com dois elementos maiores: a ação da Inquisição e a influência da Companhia de Jesus.

A entrada dos jesuítas em Portugal em meados do século XVI e o papel que conquistaram na educação foram, talvez, os mais influentes fatores que causaram o retrocesso no desenvolvimento de idéias apresentado no país em meados da Idade Moderna. Fundada em 1540, a Companhia de Jesus alcançou rapidamente grande influência nos países europeus e em suas colônias, devido ao apoio que lhe foi dado pela Igreja e pelo governo, como parte da estratégia destinada a combater os avanços do protestantismo. O papel educacional da Contra-Reforma católica no Reino Português fica assim demonstrado:

A reforma nascera da liberdade mental do direito que cada um se arrogara de pensar por si. Era isso o que a pedagogia dos colégios queria evitar. O objetivo era o de enraizar dogmas em que sinceramente se acreditava, não o de provocar críticas, porque o resultado das críticas é sempre o fim dos dogmas. *O ensino não foi pois um treino para pensar, mas um alicerce para crer.* E deu resultado, porque os portugueses do século XVII creram muito e pensaram pouco.³⁵ (Não grifado no original).

Essa foi a influência exercida durante dois séculos sobre o pensamento português, deitando raízes profundas e atingindo uma repercussão que contribuiu fundamentalmente para perpetuar o prestígio do latim como língua culta. Tal condição fez com que fossem abafados temporariamente os ideais renovadores da época renascentista, decrescendo consideravelmente a produção lingüística dessa fase reacionária do Reino Português.

Pequena exceção nesse panorama foi a obra de Amaro de Robredo, que, em função de objetivos ligados à melhoria das comunicações entre os falantes das línguas européias modernas, fez breves tentativas de estabelecimento de princípios gerais a todas as línguas. Escrevendo um português, o autor inseriu sua obra na corrente de estudos lingüísticos que se opunham ao domínio da língua latina, ainda presente nos escritos do século. Nessa mesma época, merece citação o nome do Padre Bento Pereira, gramático jesuíta que, de acordo com as posições de sua congregação, valorizava sobremaneira o uso do latim, língua em que publicou a maioria de suas obras. Estas contaram com inúmeras reedições, às expensas da Companhia. Sua contribuição para a Lingüística consistiu num estudo comparativo do latim com o português e o espanhol.³⁶

Em contrapartida ao entrave cultural vivido no século XVII, o período posterior assistiu a um reflorescimento do reino português, tanto pela opulência vivida sob D. João V, graças sobretudo à entrada do ouro brasileiro no país, quanto sob a gestão de Pombal, em cujo governo foram incrementados os movimentos ideológicos e culturais em Portugal. O final do século XVIII, viveu, sob D. Maria I, um dos momentos de maior realização coletiva das camadas cultas, mobilizadas para colocar a investigação cientí-

fica a serviço do desenvolvimento econômico do país. Isso se deu, em grande parte, com a criação de organismos como a Real Academia das Ciências, (1779), centro por excelência de assimilação das novas correntes e de sua adequação à realidade portuguesa, cuja produção era insenta de censura.³⁷

Mas torna-se difícil estender à análise do período as mesmas três vertentes adotadas nessa pesquisa quanto aos estudos lingüísticos europeus do século XVIII. Eles se deram de maneira diferente na Península Ibérica, não apresentando os mesmos interesses observados nos demais países europeus, havendo mesmo condições diversas entre países vizinhos, como Espanha e Portugal. A Espanha apresentava, após as relevantes contribuições de Nebrija e Sánchez, uma produção pouco significativa dentro do horizonte europeu. A intelectualidade espanhola do período estava mais voltada à reflexão que à realização de trabalhos lingüísticos, embora nessa fase tenha-se dado a fundação da Real Academia Espanhola em 1713, responsável pela publicação de um *Dicionário* *uma Ortografia* e *uma Gramática*, obras concebidas em moldes tradicionais mais influenciadas pelo conservadorismo.³⁸

Já em Portugal, havia uma mescla entre especulações teóricas e gramáticas direcionadas ao ensino, uma vez que o estabelecimento do português padrão como norma culta era uma questão que ainda preocupava os gramáticos do período. Nesse sentido, renunciando notável renovação no campo lingüístico e filosófico, a já citada obra de Luis Antônio Verney foi também responsável por muitas das alterações que a seguiram. Nela era proposto que o ensino da gramática portuguesa (gramática e ortografia) fosse realizado de forma direta e não mais após o estudo preliminar da gramática latina. Em termos gerais, foi reavaliada toda a con-

cepção de ensino vigente, para o qual se propuseram alterações. Desferiram-se críticas ardorosas contra o domínio jesuítico sobre a educação, principal responsável, segundo Verney, pelo atraso da introdução e propagação das idéias iluministas dentro do país.

Tais postulados encontraram eco nas pretensões do despotismo esclarecido e foram adotadas por Pombal quando de sua reforma do ensino em Portugal. Estudos históricos comprovam o modo como se deu essa passagem do espírito pedagógico reformista à prática governamental.

Realmente, o tom do governo pombalino caracterizou-se por tentativas de romper com a tradição e com a estagnação e de combater em favor da secularização. Novos ares sacudiram o país, obrigando profissionais de todas as áreas a entrarem em consonância com o ideário ilustrado. Sob a égide pombalina, foram criadas ou reformadas escolas e universidades, principalmente as que estavam no poder de religiosos; a remodelação da Universidade de Coimbra,³⁹ por exemplo, foi uma medida que se manteve no reinado seguinte apesar do desagrado que causava às classes mais conservadoras que a acusavam de livre-pensadora. Procedeu-se a reformas na lei do ensino e abriu-se campo de trabalho para professores, gramáticos e estudiosos da língua portuguesa. O gramático Reis Lobato foi um exemplo de intelectual utilizado como instrumento de Pombal nas obras de reforma contra o ensino jesuítico. É interessante observar que nos postulados defendidos na introdução da sua *Arte da Grammatica da Língua Portuguesa*, LOBATO apresenta ainda a preocupação de provar a necessidade do ensino do vernáculo, mesmo dois séculos após João de Barros e Fernão de Oliveira:

Por duas razões se faz indispensavelmente precisa a notícia da Grammatica da língua materna: primeira, para se falar sem erros: segunda, para se saberem os fundamentos da língua que se fala usualmente...

Ninguém pode duvidar do grande proveito, que alcança cada um em saber a Grammatica da sua mesma língua: porque não somente consegue fallal-a com certeza, mas também fica desembaraçado para aprender com muita facilidade qualquer outra.⁴⁰

Nessa linha que objetivava ensinar as regras da língua portuguesa aos falantes nativos, pode-se ainda citar, além de Lobato, os nomes de Contador D'Argote, Bluteau e Monte Carmelo, entre outros. Pertenciam eles ao clero e, apesar de uma produção relativamente extensa, não conseguiram *descolar* a gramática portuguesa do modelo latino. Des suas publicações constava muitas vezes a elaboração de dicionários da língua portuguesa, muito em voga na época.

Dentre os principais trabalhos de lexicografia sobressaíram-se o de Bluteau e o da Academia Real das Ciências.⁴¹ Os referidos autores eram também ortógrafos e por sua postura normativa, às vezes extremada foram alcunhadas de *teimosos gramaticões*.

No caso específico de Contador D'Argote, seus conhecimentos históricos e religiosos lhe deram condições que possibilitaram noção mais precisa da dialetologia do português.⁴² Acresce-se ainda a esse grupo dos lingüistas setecentistas portugueses Francisco José Freire que, em consonância com a obra de Verney e o decreto pombalino sobre o ensino secundário de 1770,⁴³ fez a defesa do ensino do idioma pátrio.

Todo esse combate pelo reconhecimento da gramática como disciplina relevante nos currículos das escolas e universidades

comprova que, a par do espírito de renovação do século, manteve-se em Portugal o ranço da vertente conservadora até os fins da Idade Moderna. Essa afirmação remete à análise desenvolvida sobre o contexto histórico português do século XVIII, onde se concluiu que o panorama mental do período era dominado pela luta entre o velho e o novo, entre castiços e estrangeirados, entre a segurança do estabelecimento e o vôo da imaginação e do saber.

Criou-se portanto, nesse momento, ambiente propício para idéias lingüísticas que, aproveitando a herança dos séculos anteriores e a relação com a Ilustração, tentassem equilibrar a teoria gramatical filosófica e a prática escolar. Nessas condições, apareceu no cenário português de meados do século XVIII um estudioso, que, juntamente com sua obra, é o objeto deste estudo e virá a ser analisado no capítulo a seguir: o gramático Jerônimo Soares Barbosa.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹ FALCON, F.J.C. *A época pombalina*. São Paulo, Ática, 1982. p.371.

² FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre, Globo, 1977. p.63.

³ FALCON, p.173.

⁴ SARAIVA, J.H. *História concisa de Portugal*. Lisboa, Europa-América, 1981. p.248.

⁵ GODINHO, V.M. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Arcádia, 1977. p.119-20.

⁶ GODINHO, p.72-80.

⁷ FALCON, p.156.

⁸ NOVAIS, F.A. *Portugal e Brasil na crise do antigo regime colonial (1577-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1981. p.223.

⁹ GODINHO, p.93-100.

¹⁰ FALCON, p.171.

¹¹ CORTESÃO, J. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1956. p.90.

¹² GODINHO, p.113.

¹³ FALCON, p.322.

¹⁴ VERNEY, L.A. *O verdadeiro método de estudar*. Lisboa, Sá da Costa, 1952. v.1.

¹⁵ Universidade fundada em Lisboa (1290) e transferida para Coimbra em 1308. Teve sua estrutura reformulada por várias vezes até 1555, quando a Companhia de Jesus assumiu sua direção. Nos séculos XVI e XVII – período em que os jesuítas, a Coroa e a Inquisição toleravam pouquíssimas inovações – notabilizou-se por grande rigor acadêmico, dando-se nela prosseguimento ao pensamento medieval aristotélico. Essa situação perdurou até 1772, após a expulsão dos jesuítas do Reino português, quando foi totalmente remodelada pela promulgação de um novo programa de humanidades e ciências. No final do século XVIII as reformas, que já haviam deixado

frutos em Coimbra, foram mantidas pelo governo subsequente (Cf. OLIVEIRA MARQUES, A.H. *História de Portugal*. Lisboa, Palas, s.d. p.129-35, 336-9; NOVAIS, p.224-5; SARAIVA, p.255-6.

¹⁶ FALCON, p.157.

¹⁷ FALCON, p.51.

¹⁸ FALCON, p.153-4.

¹⁹ SARAIVA, p.249.

²⁰ FALCON, p.342.

²¹ SANCHES, A.N.R. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra, Impr.Universidade, 1922. Citado por FALCON, p.342.

²² FALCON, p.342.

²³ FALCON, p.336.

²⁴ CARVALHÃO BUESCU, M.L. *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa, Sã da Costa, 1984. p.8.

²⁵ MOREL PINTO, R. Gramáticos portugueses do Renascimento. *Revista de letras*. Assis, 2:123-5, 1961.

²⁶ Publicaram respectivamente: *Diálogo em favor da nossa linguagem, discurso sobre a língua portuguesa, regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa e Breves louvores da língua portuguesa*. (Cf. PRADO COELHO, J. *Dicionário das literaturas portuguesa, brasileira e galega*. Porto, Figueirinhas, 1960. p.405.

²⁷ CARVALHÃO BUESCU, p.11.

²⁸ PRADO COELHO, p.405.

²⁹ LEITE DE VASCONCELOS, J. *Opúsculos: a filologia portuguesa*. Coimbra, Impr. Universidade, 1929. v.4, p.865.

³⁰ PRADO COELHO, p.405.

³¹ CARVALHÃO BUESCU, M.L. *Introdução à gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira*. Lisboa, Impr.Nacional, 1975.

³² MOREL PINTO, p.128.

³³ BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, 1957.

³⁴ PRADO COELHO, p.405.

³⁵ SARAIVA, p.213.

³⁶ *Prosodia in Vocabularium Trilingue Latinum, Lusitanum e Castellanicum Digesta*. (Cf. SILVA, I.F. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa, Impr. Nacional, 1858. v.1, p.352).

³⁷ NOVAIS, p.224.

³⁸ LEITE DE VASCONCELOS, v.4., p.866-7.

³⁹ A Reforma da Universidade de Coimbra em 1772 foi uma medida radical do governo pombalino que trouxe grande renovação ao corpo docente, com a entrada de novos professores com posturas mais modernas; propiciou abertura de duas novas Faculdades (Matemática e Filosofia); reestruturou currículos e práticas pedagógicas; criou laboratórios, observatórios, imprensa e teatro acadêmico. (Cf. SERRÃO, J.V. *História de Portugal*. Lisboa, Verbo, 1980. v.6, p.268 e SARAIVA, p.248).

⁴⁰ REIS LOBATO, A.J. *Arte da grammatica da língua portuguesa*. Paris, Aillaud, 1837. p. 1-2

⁴¹ Respectivamente, *Vocabulário português e latino* (1712 - 1727) e *Dicionário da Academia das Ciências* (=1793). (Cf. PRADO COELHO, p.405).

⁴² LEITE DE VASCONCELOS, p.868.

⁴³ O decreto de 30 de setembro de 1770 rezava que: *a correção das línguas nacionaes é um dos objectos mais attendiveis para a cultura dos povos civilisados, sendo pelo contrario a barbaridade das línguas a que manifesta a ignorancia das nações.*" (Cf. LEITE DE VASCONCELOS, v.4, p.870).

CAPÍTULO 3

UM PORTUGUÊS FALA BEM ALTO

O homem se parece mais com o seu tempo que com seus pais.

LUCIEN FEBVRE

Jerônimo Soares Barbosa, até aqui figura subjacente ao presente estudo, vem agora ocupar posição central na trama deste capítulo. Mas, para que se possa captar com maior fidelidade os contornos dessa personagem ainda fugidia e conferir-lhe um relevo mais real, é necessário buscar em fontes diversas subsídios que possibilitem essa tarefa instigante. Primeiramente, investigando os dados relativos à sua biografia e, em seguida, analisando os momentos marcantes de sua produção.

Valer-se dos dados biográficos não quer dizer realizar um mero arrolamento de fatos e datas sobre a vida de uma pessoa, mas significa a tentativa de contextualização de uma trajetória pessoal e profissional. Reconhecendo-se a multiplicidade de facetas presentes nas atividades e na produção do homem, o conhecimento de sua história de vida deixa de ser apenas enciclopédico, para tornar-se indicativo para análises mais profundas.*

* Ver no Anexo I dados biográficos sobre Jerônimo Soares Barbosa.

Por outro lado, o conhecimento da pessoa do pensador Jerônimo Soares Barbosa não pode prescindir do exame de sua produção. Toda obra, por mais reacionária ou inovadora que seja, é, antes de tudo, a expressão de uma época, principalmente se ela permanece como valor para os tempos futuros.

Ao focalizar Jerônimo Soares Barbosa, sua vida e seu trabalho, este capítulo propõe, dentre as várias formas possíveis de análise, o desdobramento da abordagem em três dimensões simultâneas e interdependentes: a do homem público, a do pensador e a do lingüista.

A primeira dimensão a ser tratada é pois, a do homem público, à guisa de introdução à leitura do pensador e do lingüista. E a primeira constatação a se fazer é a de que Soares Barbosa exerceu, por indicação ou com o beneplácito da Coroa Portuguesa, um elevado número de cargos e funções públicas. Foi professor em Coimbra, membro de várias comissões do governo, visitador das escolas, promotor e diretor de edições clássicas, vogal da Junta da Diretoria Geral dos Estudos, entre outras funções. O simples fato de exercer tantas e tão variadas atividades no decorrer de sua vida profissional atestaria, por si só, uma anuência ao ideário estatal e, mais ainda, uma ligação ideológica com as metas governamentais.

Esse tipo de afinidade, porém, não se evidencia tão somente no exercício de funções públicas, mas de forma mais explícita, em certas posturas assumidas na sua extensa produção. A introdução à *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*¹, escrita quase quatro décadas após a morte de D. José I, apresenta, por exemplo, observações plenamente favoráveis à reforma do en-

sino empreendida por Pombal no reinado do mencionado soberano:

O que o mesmo zeloso escriptor (João de Barros) tanto desejava 'que nas villas nobres e nas cidades pozesse o governo mestres capazes que pudessem ensinar a mocidade a grammatica de sua própria língua' executou felizmente em nossos tempos o senhor rei D. José I, de gloriosa memória... (p. XIV).

É justamente esta questão da renovação do sistema de ensino que parece favorecer acordo maior entre a prática pombalina e o pensamento de Soares Barbosa. Referindo-se à aprendizagem da gramática nos períodos que antecederam à reforma, BARBOSA comenta em termos depreciativos a pedagogia então vigente, possivelmente de orientação jesuítica:

É verdade que muito tempo a esta parte se tem entregado o ensino d'estas duas partes da Gramática Portuguesa aos mestres da escola, pela maior parte pouco hábeis. Porém d'aqui tem procedido os maus methodos com que a primeira idade perde nas escolas boa parte do seu tempo... (p.VIII).

Criticar o jesuitismo e apoiar a reforma pombalina são duas faces da mesma moeda, que apontam novamente para um engajamento com grupos, possivelmente ligados ao poder e que estavam empenhados em aclimar as Luzes em Portugal. Tal colaboração pressupunha, porém, reciprocidade; episódio posterior demonstra que as posturas cooperativas do autor obtinham boa receptividade junto à Coroa, haja visto que, professor em Coimbra em 1772, época da "restauração" da Universidade, Soares Barbosa não foi de maneira alguma penalizado durante a profunda reformulação que atingiu o corpo professoral, conservando sua posição nos quadros da Instituição até a aposentadoria, em 1790. Esse benefício parece confirmar a já detectada filiação política e pedagógica de que a Co-

roa fazia uso, como de hábito, apoiando-se nos intelectuais capazes de divulgar e levar adiante sua obra.

Finalmente, pode-se comprovar ainda as evidências da adesão do autor ao sistema pela adequação, sempre que necessária, às normas de reverência à autoridade maior: seu Discurso de Ação de Graças por El-Rei D. José I, proferido na Academia das Artes de Coimbra e publicado em 1766, incluía no frontispício, segundo o costume, respeitosa dedicatória em latim ao Conde de Oeiras, Marquês de Pombal – como se sabe, todo poderoso ministro do rei.²

Orador renomado, homem de letras, Soares Barbosa parece ter sido, portanto, um intelectual a serviço da política de seu país, gozando em contrapartida de muitas benesses durante toda a vida profissional. Na longa prática como professor, pedagogo e inspetor de ensino, esteve apto a compreender e propagar as medidas governamentais do período ilustrado. Tal alinhamento dava-se voluntariamente, pela afinidade legítima entre o ideário pombalino e seus anseios educacionais, seja pela formação, seja pela vivência dos mesmos.

Mas, se a análise for feita sob o ângulo de sua *atuação social*, observa-se que esse indivíduo de muitas facetas participava de uma categoria singular no Século das Luzes: o clero português. É evidente que o religioso Jerônimo Soares Barbosa se movia em um universo marcado pela poderosa presença da Igreja. Por esse motivo, pode ser considerado membro de um grupo de elite que compartilhava o poder, não apenas social, mas também político e econômico da Corte Portuguesa.

Clérigo, Soares Barbosa tinha ainda a seu favor uma vasta cultura, característica de sua categoria, comprovada por inú-

meras obras*, cujos títulos, geralmente latinos, atestam sua inacessibilidade ao público comum. Isso significa que seu diálogo intelectual, mesmo como professor, dirigia-se a pessoas culturalmente favorecidas. O conteúdo desses escritos mostra preocupações que ultrapassam o religioso, campo que raramente aborda em obras especializadas.

Duas linhas nortearam, então, seus interesses literários: uma, erudita, no despontar de sua carreira, voltada para o passado, o histórico, o estudo dos clássicos. E outra dirigida à operacionalização desses conceitos na realidade concreta.

A primeira linha, fruto de sua formação, constituía o cerne mesmo da personalidade e da postura acadêmica de Soares Barbosa. Dominando com maestria o grego e o latim, o escritor possuía a par disso conhecimentos clássicos e humanísticos que lhe permitiam um refinamento e um purismo por vezes extremado. Essa faceta era objeto de admiração por parte de contemporâneos, como é o caso de José Caetano de MESQUITA, professor de Retórica e Lógica no Colégio Real dos Nobres de Lisboa, que assim comentava o mérito literário de seu colega de Coimbra:

Tive eu a fortuna de examinar a Jerônimo Soares na opposição que fez à cadeira que occupa, e n'ella encontrei um profundo estudo dos rethoricos gregos e romanos, e uma tal presença das suas doutrinas as mais particulares, que parecia que n'aquella hora acabava de os ler. Mas como tem um entendimento são, a sua lição não era cega e escrava, como a d'aquelles, que

* Para maiores referências à obra do autor, consultar o Anexo I.

aos nomes de Aristoteles, Hermogenes, Longino, Cícero e Quintilliano, se sujeitam sem mais exame; era feita com sãbia escolha e reflexão, e com aquella liberdade prudente, que os homens bons philosophos e criticos praticam hoje melhor do que nunca abraçando somente o que se funda em razão solida, sem atender a pomposos nomes por mais que os annos os tenham feito repetir muitas vezes. Todos os logares difficultosos dos auctores, que explicou, deram a conhecer que sabia ser mestre, e expor as doutrinas com tal clareza e ordem, que os discipulos d'ellas não haviam de perder nada. Fez o grande esforço de pôr em diverso latim, bem nobre, parte do exordio da oração de Cícero a favor de el-rei Deiotaro; e isto o fez com tanta felicidade, que bem mostrava que sabia o que era ser bom orador, e orador latino.³

Jã a segunda linha de escritos, de molde prático, foi fruto dos anos maduros, com vistas a uma reforma do ensino que, pela disseminação da cultura e do saber, nivelasse por cima a sociedade portuguesa. Essa tendência apontava em Soares Barbosa, enquanto gramático, posições derivadas da hegemonia eclesiástica sobre o conjunto da sociedade, refletidas na questão dos registros de língua. A mais grave implicação embutida em tal questão não diz respeito ao aspecto lingüístico, mas à tentativa de assimilação social através do domínio da norma culta. Ao comparar as diferenças entre o registro popular e o da Corte, BARBOSA se alinha claramente com a idéia da necessidade da ascensão do povo pela imitação e assimilação de usos e costumes dos grupos privilegiados:

Entre as differentes pronunciações de que usa qualquer nação nas suas differentes províncias, não se pode negar que a da côrte e territorio em que a mesma se acha, seja preferivel às mais, e que lhes deva servir de regra... o uso porém da côrte não é o uso do povo; mas sim o da gente mais civilisada e instruida. Entre aquelle grassam pronunciações não menos viciosas que nas províncias, mas que os homens polidos estranham... e por isso não as emendam

senão com o trato da côrte, ou de pessoas que fallam tão bem como n'ella. (p.35-6).

Essa postura petulante dá o tom exato da ideologia elitista característica do mundo eclesiástico português e as preocupações com o uso da língua caracterizam apenas uma das formas de seu desejo de dominação.

Seguro de sua posição, privando das graças das elites e pretendendo impor-se aos demais grupos pela cultura, Jerônimo Soares Barbosa viveu e agiu de acordo com sua posição social: reverenciou os poderosos, compactuou com seus iguais (sua pequena produção de cunho religioso parece ser totalmente acrítica) e desprezou o povo por sua ignorância e mal falar.

Pôde, em suma, como escritor, pedagogo, educador e homem público, cumprir com todas as tarefas que, segundo FALCON, eram apanágio do clero português no século XVIII:

A Igreja, por força de todo um processo ao qual já fizemos referência tinha em suas mãos: a **escola** e, por conseguinte, a educação formal em seus sucessivos níveis das primeiras letras à universidade; a **família** orientando-lhes os membros presidindo os atos essenciais da vida individual e coletiva; a **informação** como a chamaríamos hoje, isto é, a impressão e circulação de material bibliográfico e, direta ou indiretamente, as manifestações mais gerais da **cultura**: teatro, artes em geral, filosofia, letras. 'Com raras exceções, portanto, o fato básico é que praticamente nada estava fora de sua alçada, tudo era possível de interpretar-se à luz dos superiores desígnios da religião, em virtude de que toda a produção cultural era vista a partir de fins transcendentais que determinavam sua permissão ou proibição.'⁴

Inserido na sociedade portuguesa na forma descrita, pela via do domínio eclesiástico, a personagem que ora se analisa deveria representar forçosamente o universo mental dos segmentos

em que se situava e com que se relacionava. Analisar, portanto, sua filiação com a *mentalidade corrente* em Portugal no século XVIII esclarecerá, sobremaneira, esse ângulo de sua personalidade. Assim sendo, é muito provável que estivesse basicamente envolvido pela dicotomia que dilacerava a comunidade lusa de seu tempo: o apego ao antigo em oposição ao desejo do novo. Possivelmente, Jerônimo Soares Barbosa terá sido solicitado por essas posições extremas. A resposta a elas transparece ao longo de sua *Grammatica Philosophica*, quando, ao fornecer exemplos para a explicitação das regras gramaticais, o escritor transmite frequentemente mensagens de fundo cristão ou moralista, que eram de uso nas gramáticas da época - redigidas, geralmente, por representantes do clero:

As ações generosas e não os paes illustres, são o que fazem fidalgos; e os homens de bem regulam as suas ações pela lei de Deus, e pela lei de quem são (p.256),

diz o autor quando trabalha os vários tipos de relação entre os adjetivos e demais termos da oração. Ou ainda exemplifica com

Deus, porque é justo, castiga os maus (p.124)

as possibilidades de classificação dos adjetivos, segundo o tipo de função que desempenham junto ao nome.

Esse é o universo religioso que aflora quase sem querer, numa série de traços conservadores, repressores, moralistas, mesmo nos exemplos mais corriqueiros da arte de falar. Em tais momentos, o gramático parece apagar-se para dar lugar ao religioso, preocupado talvez em formar, dentro dos padrões da Igreja, os espíritos de seus alunos e leitores.

Conservador, é, porém, uma classificação inadequada para esse profissional cujas tendências visavam freqüentemente à busca da renovação e do progresso. Sua atuação nesse sentido partia de uma revisão crítica da produção contemporânea, sobretudo dos gramáticos da época e da atuação dos professores. BARBOSA fê-lo geralmente mediante comentários mordazes:

Porém deixada (a gramática) pelos philosophos nas mãos de homens ou ignorantes ou pouco habéis, se reduziu a um systema informe e minucioso de exemplos e regras... (p.XII).

E ainda:

As regras mesmas da boa pronunção e escriptura devem entrar no ensino da grammatica, para emendar muitos vícios que os mestres de primeiras letras, pela maior parte idiotas, não são capazes de corrigir. (p.XV).

Essa crítica acerba pretendia acima de tudo elevar o pensamento português aos níveis culturais dos países vizinhos e adequá-lo ao ideário dos considerados *estrangeirados*. A ousadia de algumas de suas colocações deve ter chocado a seus contemporâneos – os gramáticos imbuídos de uma visão geralmente normativa no estudo da língua – ao deixar, por exemplo, ao leitor o direito de escolher seu padrão ortográfico:

Eu, para satisfazer a todos, porei primeiro as regras communs a todas as orthographias e depois as proprias a cada uma d'ellas. **Quem quiser poderá escolher.** (p.41) (Não grifado no original).

Posturas desse tipo colocam Barbosa, mais uma vez, ao lado dos reformistas da *intelligentsia* lusa como Pombal, Verney, Ribeiro Sanches e outros que buscavam o corte decisivo como tra-

dicional contexto cultural lusitano. Comportando-se, pois, como um *estrangeirado*, faltava-lhe apenas um elemento característico desse grupo intelectual: a luta pela secularização. Mas a ausência desse traço em seu pensamento pode apenas representar uma reação natural e inconsciente a tudo que pudesse ameaçar a ascendência da Igreja nas várias instâncias da sociedade em que vivia. Ignorar, portanto, a ameaça representada pelo secular e pelo burguês, nada mais era do que uma atitude natural a um membro da Igreja, preocupado que estava em preservar sua posição nos quadros da sociedade portuguesa.

Vê-se, por aí, até que ponto a figura do autor é rica em paradoxos. Homem de posições aparentemente definidas, aberto, arejado, reformista enquanto profissional, tinha por outro lado uma postura eclesiástica que o atraía para o preconceito, o elitismo e, por vezes, para a alienação em relação aos problemas sociais. São posições conflitantes, mas que parecem conviver em harmonia, sem choques, no todo de sua obra e de sua vida.

Mas, acima e além do homem público, do religioso, do agente social, do elemento pensante na sociedade lusa, avulta na personagem uma dimensão maior que, acompanhando as demais, lhes dá sentido e direciona suas mais elevadas elaborações mentais: o pensador Soares Barbosa.

Na época de Soares Barbosa, chegavam a Portugal ecos do pensamento europeu moderno, no momento em que se perseguia, à luz da Ciência e da Razão, um conhecimento mais amplo do homem e sua realidade, seja enfatizando o indivíduo e a inteligência humana, seja valorizando a realidade material, comprovável pela análise dos dados. Essas correntes epistemológicas primavam pela elabo-

ração de métodos científicos - indutivos ou dedutivos - que viabilizavam a aplicação de modelos teóricos como os criados por Descartes, Bacon, Leibniz, Newton, entre outros.

No quadro de tal discussão, em que se formaram gerações de pensadores que puderam passar do pensamento à ação, há que verificar-se, entre a vasta gama de interpretações, os pressupostos filosóficos que tiveram acolhida no espírito do autor e, inevitavelmente, afloraram em seus escritos. Quatro grandes influências do pensamento moderno podem ser consideradas significativas neste caso: *Humanismo*, *Racionalismo*, *Empirismo* e *Iluminismo*.

O *Humanismo*, tomado em seu *strictu sensu*, ou seja, como movimento filosófico e cultural do período renascentista, representa talvez uma das mais remotas influências sobre a postura epistemológica de Soares Barbosa. Tendo como premissa principal a importância fundamental do homem, seus interesses e aspirações, esse movimento apresentou durante o Renascimento, características especiais, algumas das quais refletiram-se, posteriormente, na obra de Soares Barbosa sob três diferentes abordagens: em seu interesse pela Antiguidade Clássica, em suas reivindicações vernaculistas e em sua cosmovisão antropocêntrica.

A mencionada simpatia do gramático pela cultura clássica - modelo de afirmação da independência do espírito humano⁵ - é tipicamente de caráter humanista. Ela se revela na produção e tradução de obras gregas e latinas, assim como na propagação e edição dos autores do período clássico em Portugal. Já na sua postura vernaculista, se expressa nos moldes do período quinhentista, quando os estudiosos da linguagem clamavam pela valorização dos idiomas modernos. A adesão do estudioso ao nacionalismo lingüístico manifesta-se com frequência em seus escritos, - geralmente à maneira

de João de BARROS - especialmente quando trata do ensino da gramática da língua portuguesa nas escolas:

Porque a grammatica da língua nacional é o primeiro estudo indispensável a todo homem bem criado, o qual, ainda que não aspire a outra litteratura, deve ter ao menos a de fallar e escrever correctamente a sua língua... (p.XIII).

Além do apego aos clássicos e do vernaculismo, evidencia-se ainda em Soares Barbosa como característica do pensamento humanista um certo tom geral de valorização dos seres humanos e de suas aspirações, a partir de sua percepção do processo linguístico:

São depois de descoberta a arte de separar em partes elementares e comuns a massa confusa dos vocábulo, e a de as representar aos olhos e fixar por meio da escriptura, é o que o espirito humano podia dar os passos que deu para analysar o discurso, e descobrir n'elle a analyse de seus proprios pensamentos, que antes não percebia. (p.IX).

Tais exposições, demonstrativas da relação do pensamento de Barbosa com o movimento linguístico-filosófico vivido no início da Era Moderna, preparam o terreno para a análise de outras aproximações cognitivas mais abrangentes. Assim, a próxima linha de pensamento do período, provavelmente aquela que produziu maiores frutos no tratamento linguístico de Soares Barbosa, é o *Racionalismo*. Assumindo a posição de que a Razão é a principal fonte do conhecimento humano, o autor, enquanto filósofo da linguagem, adotou o *Racionalismo* em seu sentido mais geral, ou seja, o da ampla teoria epistemológica com origem em Platão. Barbosa teve o mérito de, ao fio de sua obra, desenvolver uma teoria racionalista do conhecimento aplicada à língua portuguesa, tomando aos

filósofos do Racionalismo postulados que lhe pareceram compatíveis com seu pensamento: *o da supremacia da razão, o do conhecimento necessário, o do universalismo e o do inatismo.*

Para o pensador, a afirmativa de que todo conhecimento deriva da razão humana reflete-se no plano lingüístico quando adota o ponto de vista de que as línguas são métodos de organização do pensamento.⁶ Essa aplicação do Racionalismo em sua obra gramatical – partindo da concepção do entendimento como fonte de expressão humana – é notável, na medida em que considera o discurso como a expressão de um juízo ou de uma série deles.(p.255). Tal preceito transparece também na descrição das categorias gramaticais, detendo-se no caso específico dos substantivos comuns quando busca formular um conceito de idéia geral:

Substantivo comum ou appellativo é aquele que exprime uma idéia geral e abstracta, porque ella não existe na natureza, como a dos indivíduos significados pelos nomes próprios, mas só no entendimento humano e na palavra a que se alligou. (p. 81)*

Do princípio que privilegia o predomínio da mente, deriva a próxima pressuposição segundo a qual o Saber, para ser verdadeiro, não deve contrariar a Razão: trata-se da premissa do *conhecimento logicamente necessário*. Ora, enquanto pensador e gramático, Soares Barbosa esteve sempre preocupado com a verdade, com a veracidade na formulação de seus conceitos. Prova disso são as exaustivas demonstrações com que ilustra os postulados que

* Observe-se, de passagem, o tratamento *realista* (por oposição a *nominalista*), que Soares Barbosa concede aos nomes próprios.

formula. No capítulo sobre a *Orthoepia*, em sua *Grammatica Philosophica*, ele parte sempre de uma afirmação de caráter abrangente que tenta em seguida demonstrar, pelo levantamento de um razoável número de exemplos aplicados à língua.

Articulada às duas premissas anteriores relativas ao domínio da razão e ao conhecimento logicamente necessário, situa-se a premissa universalista. Seu papel é fazer a comprovação dos pressupostos anteriores pela validade universal. Pode-se dizer que o *universalismo*, enquanto característica marcante do Racionalismo, é também defendido enfaticamente por Barbosa. Seguindo as pegadas do grupo de Port-Royal — cuja concepção de gramática geral* repousava sobre a identidade profunda de todos os sistemas lingüísticos — o autor fez a passagem do universalismo filosófico ao lingüístico. Nessa linha, a idéia de Port-Royal assentava-se para ele no postulado racionalista da homogeneidade essencial e universal do saber, pelo qual "o pensamento amorfo organiza-se em *logos* articulados pela imposição a ele da grille das línguas naturais.⁷ Em suas argumentações iniciais sobre os elementos da oração, Soares Barbosa já admite claramente esses princípios universais do Saber:

O sistema etymologico de qualquer lingua está necessariamente fundado sobre o systema logico das idéias, qual é o mesmo fundamental, em todos os homens de qualquer idade e paiz que sejam. (p.59) (Não grifado no original)

* Gramáticas gerais são aquelas que trabalham com os princípios comuns a todas as línguas, passíveis de comprovação nas línguas particulares.

A última proposição básica no pensamento racionalista utilizada por Jerônimo Soares Barbosa é igualmente correlata às três já expostas e refere-se à *teoria das idéias inatas*. Tal princípio sofre, dentro do Racionalismo, abordagens que variam de um filósofo a outro. Para o pensamento cartesiano, por exemplo, o inatismo é **imane**nte: há um certo número de conceitos inatos, fundamentais ao conhecimento, que não procedem da experiência mas representam um patrimônio originário da razão.⁸ O racionalismo cristão de Santo Agostinho* explica o inatismo pela fé: é *teológico*, porquanto "o conhecimento tem lugar sendo o espírito humano iluminado por Deus."⁹ É bem provável que as teorias de Soares Barbosa sobre a capacidade de linguagem tenham origem nessa premissa, como atesta a seguinte colocação:

As linguas são uns methodos analyticos que Deus deu ao homem para desenvolver suas faculdades mentais. (p.XIII).

Essa filiação do autor à interpretação agostiniana teria provável explicação em estudos realizados no seminário de Coimbra, na época sob a orientação da congregação crúzia!¹⁰ Assim, foi talvez possível a Soares Barbosa aprofundar-se na obra do filósofo medieval obtendo subsídios para uma interpretação diversa da teoria cartesiana.

Por outro lado, cabe notar ainda que uma das faces presentes na maioria dos autores de orientação racionalista, a *in-*

* O Racionalismo de Santo Agostinho parte da opinião de que todo o saber procede da razão humana ou da iluminação divina, partilhando com Plotino o racionalismo *teológico*.

dependência do raciocínio em relação à experiência concreta, não caracteriza a conduta de Soares Barbosa em relação aos estratos materiais da linguagem. Com isso, emerge uma aproximação dos procedimentos assumidos pelo pensador e o experimentalismo — terceira linha epistemológica adotada na análise do pensamento de Barbosa.

O autor demonstra uma preocupação constante com os dados e com os aspectos descritivos, expressos tanto na análise morfológica, quanto nas descrições fonéticas e ortográficas. Essa posição direciona o escritor, de forma avançada, ao encontro de autores que tentaram a conciliação entre Racionalismo e Empirismo como é o caso de Leibniz, Newton e Locke. Embora seu raciocínio seja basicamente dedutivo, partindo da aplicação premissas aos fatos lingüísticos, essa abordagem se modifica quando se trata dos aspectos materiais da língua. Assim, mais que um gramático racionalista, como é geralmente qualificado, Jerônimo Soares Barbosa foi um pensador inserido em seu tempo.

Como um estudioso engajado ao que de mais moderno havia no período em termos epistemológicos, sua atuação não poderia deixar de representar mais uma faceta representativa de sua personalidade e de sua época: a de adepto consciente do ideário ilustrado. Exercer a crítica aos contemporâneos, rever o universo conhecido à luz da razão, valorizar o progresso, a ciência e os ideais de modernidade são, por si sô, atestados da sua posição esclarecida. Sua obra se apóia freqüentemente, em afirmações como:

Elas (as línguas) dão o primeiro exemplo das regras da analyse, da combinação e do methodo, que as sciencias as mais exactas seguem nas suas operações. (p.XIII).

Soares Barbosa *iluminista*, ligava-se, outrossim, às reivindicações de Verney – grande nome do pensamento ilustrado português – no sentido de processar-se o ensino da gramática da língua portuguesa antes do estudo da latina:

Assim quem primeiro estudar a grammatica da própria língua, não achará dificuldade alguma na da língua latina; e o tempo que n'aquela gasta ganhará neste com grande usura. (p.XIX).

Deste modo, revendo-se analiticamente as diversas linhas filosóficas modernas de influência sobre o escritor, estão presentes no pensamento de Soares Barbosa desde os primeiros traços humanistas até a marca indelével do ápice de todo esse processo de reflexão que foi o Iluminismo.

Em suma e cada vez mais, configura-se o filósofo Soares Barbosa como um homem lúcido, brilhante, de aguçado espírito crítico. Independente, em seu pensamento convergem as diversas linhas que atravessaram a Idade Moderna, preparando, com alguma harmonia, embora com ineludível tensão interna, o caminho para o século XIX.

Homem, pois, de seu tempo, inovando o pensamento de sua sociedade, mas seguindo os rumos da época, sua pessoa interessa a este estudo, antes de mais nada, pela dimensão maior que, utilizando a ponte da razão e do saber, fez do homem público um pensador e do pensador um **lingüista**.

E foi como lingüista que Jerônimo Soares Barbosa pôde inscrever-se entre autores cuja obra obteve permanência, desenvol-

vendo com empenho e dedicação a vocação lingüística nas funções correlatas de *gramático* e *pedagogo*. A prova desse esforço reside na evolução crescente desses aspectos em sua carreira até que, quase ao final da vida, pôde elaborar uma obra que foi o ápice de sua produção, apreciada hoje como marco histórico para a gramática da língua portuguesa e do pensamento lingüístico português em geral: a *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* (G.P.L.P.)*

Nesse trabalho, Soares Barbosa permitiu-se empregar concretamente as influências teóricas que foi recebendo ao longo de sua vivência, construindo com elas o arcabouço sobre o qual assentou sua análise da língua portuguesa. É uma obra que se insere na tradição da gramática universal e filosófica inaugurada por Sanchez no século XVII.** O trabalho segue, em sua organização genérica, o modelo das gramáticas gerais produzidas na Idade Moderna. Trata primeiramente dos aspectos materiais da língua (*Orthoepia* e *Orthographia*) e, em seguida, da parte lógica (*Etymologia* e *Syntaxe*). É um estudo rigoroso, que consegue reunir preocupações lingüísticas em todos os níveis, desde os aspectos ligados à fonética e à escrita que o autor trata com muita originalidade, até a aplicação mais ampla dos postulados teóricos e filosóficos recebidos na leitura dos filósofos e gramáticos do período. Importante destaque recebem também as constantes inquietações com a melhoria do ensino da língua portuguesa presentes no espírito do autor. Sua gramática teve, como a de Port-Royal,

*Um resumo detalhado da G.P.L.P. encontra-se no Anexo II.

**As principais características da obra sanctiana foram desenvolvidas no Capítulo I deste trabalho.

o mérito de fazer a união entre teoria lingüística e prática pedagógica. Infelizmente, apesar de muitas vezes reeditado, esse trabalho não produziu mudança visível na tradição gramatical portuguesa. Após a segunda metade do século XX, ela vem conseguindo despertar o interesse de alguns estudiosos portugueses e brasileiros, embora ainda não tenha sido objeto de uma investigação em profundidade.*

A importância do exame da G.P.L.P. a esta altura do estudo, consiste na natureza de subsídio que sua leitura possa oferecer para uma análise mais acurada das estruturas mentais de seu autor. Mas detectar seu ideário subjacente não demanda análises exaustivas, pois ele é expresso em um tom que poderia ser chamado de panfletário. Como a argumentação de um político, o discurso de Barbosa bate-se vigorosamente por suas convicções e posturas lingüísticas. Assumindo embora as características dos *gramáticos especulativos*, ele não abandona completamente alguns *procedimentos empíricos* que conferem maior rigor descritivo a suas análises. Sendo, entretanto, a *linha especulativa* sua aproximação mais forte, é explicável que tenha produzido trabalhos no modelo das gramáticas gerais.

Partindo pois conscientemente da posição generalista, o estudioso inscreve a G.P.L.P. na vertente especulativa de estudos sobre a linguagem o que é magistralmente expresso em pequeno trecho da introdução da obra, verdadeira jóia de estilo e precisão:

* É digno de nota que as gramáticas escolares citem Soares Barbosa apenas para referir suas regras de emprego do infinitivo pessoal.

Toda a gramática particular e rudimentaria, para ser verdadeira e exacta nas suas definições, simples nas suas regras, certa nas suas analogias, curta nas suas anomalias e assim fácil para ser entendida e compreendida dos principiantes, deve ter por fundamento a gramática geral e razoada. (p.XI).

Valorizar assim a verdade e a correção evidencia o espírito de um século em que se começa a buscar, acima de tudo, a cientificidade e o rigor. Preguar a simplicidade na formulação das regras é voltar-se contra o passado no combate aos esquemas gramaticais latinos confusos e plenos de regras *ad-hoc*, bem como à produção calcada em tais moldes. Posicionando-se dessa forma, Soares Barbosa mostrava sua adesão às mesmas exigências cartesianas hoje defendidas pela lingüística chomskyana: os níveis de observação, descrição, precisão, simplicidade e sucesso filosófico.¹¹ Mas, o ponto mais importante a ser destacado nessa citação, situa-se na ênfase a um princípio geral de que derivam os fenômenos das línguas particulares.

Esse tipo de premissa racionalista, já referida neste estudo, é freqüente na G.P.L.P., em momentos marcantes de seu discurso. Ao tecer considerações gerais sobre a *universalidade dos princípios básicos da linguagem*, Soares BARBOSA aproxima seus postulados àqueles também defendidos pelos estudiosos de Port-Royal e ainda por Condillac ou Beauzée:

Pois nem todos podem determinar a todos, e os que determinam e são determinados seguem certas regras fundadas na natureza mesma d'estes tempos, e que por isso foram adaptadas pelo uso quasi universal de todas as línguas... (p.213)

A par de suas pretensões universalistas, a produção especulativa apresentou ainda, como seu objetivo maior, a tentativa

de realização de uma síntese entre a linguagem, o pensamento e a realidade objetiva. Tal procedimento tem origem na busca de integração da descrição gramatical à teoria filosófica – principal característica desse veio. Nesse sentido, a questão central discutida nas gramáticas gerais e filosóficas consiste na *relação entre linguagem e mente*. O tecido da obra é rico em colocações que apontam diretamente para o tratamento dessa íntima relação entre o pensamento e a linguagem que tem em Herder uma de suas mais referidas abordagens. BARBOSA posiciona-se a esse respeito quando, argumentando sobre as partes da oração, considera a língua (palavras) como sendo

... signaes de nossas idéas e de nossos pensamentos. (p.68).

As linguas não são uns instrumentos de comunicação, senão porque primeiro o são do raciocínio. D'estes principios certos se segue, que o systema etymologico de qualquer lingua está necessariamente fundado sobre o systema logico das idéas. (p.69)

É, entretanto, nas explicações da *Syntaxe* que tais questões ganham corpo, consistindo em abordagens das mais brilhantes. À maneira de Sánchez e Port-Royal, Soares BARBOSA estabelece dois níveis de representação na linguagem: a expressão material ou *construção* e o que ele chama de "*syntaxe propriamente dita*", ou seja, a organização mental primária que deu origem à primeira:

A syntaxe é uma ordem systemática das palavras, fundada nas relações das coisas que ellas significam, e a construção uma ordem local autorizada pelo uso nas linguas. Assim, a construção pode ser ou direita ou invertida e ter com tudo a mesma syntaxe. Nestas duas orações: **Alexandre venceu a Dario**, e **a Dario venceu Alexandre**, as construções são contrarias, porem a syntaxe é a mesma. (p.254)

Ainda sobre a relação linguagem e mente cabe comentar que "Soares Barbosa assenta a sua convicção de que a linguagem seja, enquanto sistema semiótico, o instrumento encarregado de mediar as trocas simbólicas e cognitivas entre o espaço exterior do mundo e o espaço interior da mente humana:"¹²

As construcções **direita** e **invertida** são ambas naturaes, porque ambas, quanto lhes é possível, se conformam à ordem com que nosso espírito concebe as coisas. Elle concebe os objectos junto com suas relações ao mesmo tempo, e liga assim tudo sem todavia fazer succeder, uma idéia a outra. (p.296)

Enfim, o último aspecto especulativo a ser lembrado no trabalho de Barbosa vem a ser o da *demonstração da língua como um sistema lógico e analítico* que teve em Condillac, Leibniz e Beauzée seus grandes defensores. BEAUZÉE supunha, por exemplo, que as línguas eram "*instrumentos analíticos que separam as idéias simultâneas do painel do confuso do pensamento, que as põem em ordem e as fazem succeder umas às outras no discurso para se verem distintamente...*"¹³ E CONDILLAC, mais extremado, via "*toda língua como um método analítico e todo método analítico uma língua*".¹⁴ Soares BARBOSA segue tais premissas logo no início da G.P.L.P. lançando os princípios gerais de que partirá para sua análise do idioma português:

As linguas são uns methodos analyticos que Deus deu ao homem para desenvolver suas faculdades. Ellas dão o primeiro exemplo das regras da analyse, da combinação e do methodo, que as sciencias as mais exactas seguem nas suas operações. (p.XIII).

O levantamento das principais características especulativas foi suficiente para demonstrar que a filiação de Soares Bar-

bosa a essa abordagem deu-se pela aceitação consciente dos modelos e pressupostos por ela expressos.

No entanto, o já citado interesse do autor pelos procedimentos da *corrente empírica* parecem ter produzido frutos na G.P.L.P. no que concerne o tratamento fonético e no caráter de suas descrições. Para uma época em que os conhecimentos fonéticos estavam pouco desenvolvidos no contexto europeu em geral, e sobretudo no português, causa espécie encontrar em Barbosa tão amplas noções sobre a organização fonética da língua e tamanho empenho na qualidade de sua descrição.

Ao contrário das gramáticas normativas que baseavam fundamentalmente sua argumentação no ensino da escrita, Soares Barbosa aborda a língua em seus dois aspectos distintos: o da fala e o da escrita. Cagliariari comenta em suas análises da G.P.L.P. seus méritos em operar essencialmente com a língua falada, mas que precisa da escrita para poder falar a respeito da própria linguagem oral.¹⁵ Tal aspecto pode ser verificado principalmente na primeira parte da G.P.L.P. que trata da *orthoepia* e da *orthographia*. Uma abordagem desse tipo consiste em grande passo em relação à produção lingüística do período.

Original também é a distinção que ele estabelece entre os sons e as letras. Para os primeiros, estabelece as categorias de vozes e consonâncias que correspondem diretamente, na segunda distinção, às vogais e consoantes. O autor aplica, igualmente, a mesma separação entre língua oral e escrita quando diferencia vocábulo-conjunto de segmentos sonoros – das palavras – segmentos significativos representados na escrita por

espaços.*¹⁶

Ainda na discussão das diferenças entre fala e escrita, com muita ousadia, Barbosa escreve em grafia fonética todo um capítulo da obra, além de estabelecer um *uso ortográfico comum* do abecedário da língua portuguesa. De modo geral, a G.P.L.P.apresenta

...Não são os comentários específicos, quando necessários, mostrando o que ocorre na fala e o que ocorre na escrita, como deixa registrado um tratado sucinto e perfeito sobre a natureza e usos da escrita, passando por um resumo sobre a sua história, e chegando mesmo a propor um sistema de transcrição fonética baseado na ortografia da pronúnciação.¹⁷

O gramático demonstra também haver feito leituras de foneticistas ingleses, principalmente Wallis, no que concerne à descrição dos sons da fala. Alguns desses conhecimentos são mesmo referidos enquanto outros podem ser apenas deduzidos, como na descrição dos órgãos do aparelho fonador, muito à moda de WALLIS:

Os meninos, em quanto tem os órgãos flexíveis, facilmente contraem o hábito de pronunciar bem a sua língua, ouvindo-a fallar assim aos mestres e a condiscipulos já adiantados... (p.38)

Suas incursões pelo terreno fonético e ortográfico permitem entrever o quão avançado estava o pensamento de Soares Barbosa sobre o tema. CAGLIARI comenta o mérito do autor a esse respeito:

* A propósito, é interessante ressaltar que Soares Barbosa recorre a várias dicotomias, que recobram desde os níveis mais profundos — elaboração mental e expressão verbal, *syntaxe* e *construcção* — até os aspectos mais materiais: *vozes* e *letras*.

... mas mesmo para estes (os linguistas modernos) permaneceria o fantasma da escrita ortográfica, razão pela qual, resolveram, logo de início, se livrar, dela, sem de fato nunca terem se visto livres dela. J.S.B. na GPLP enfrentou com coragem, competência e sem preconceitos os vários problemas básicos de uma gramática, inclusive o da escrita, e fez uma obra de mestre.¹⁸

As ousadas posturas do autor contra o ensino da língua pela via ortográfica revelam ainda a presença de preocupações que o levaram a trilhar mais uma vertente na ciência linguística do período: o caminho do *pedagogo*.

Soares Barbosa pregou o uso do alfabeto fonético no ensino da língua portuguesa, a fim de que as pessoas, conhecendo os sons básicos da língua, pudessem a partir da fala, escrever com a **ortografia da pronúnciação**, passando depois à usual. Esse método, se empregado sobretudo na alfabetização, teria resolvido a maior parte das dificuldades que as crianças têm para aprender a ler e escrever, pois o autor tinha em mente que os alunos precisam primeiro aprender a escrever, para depois escreverem ortograficamente.

Durante toda a vida, as questões pedagógicas fizeram parte das inquietações desse profissional do ensino. Suas múltiplas atividades nessa área (professor, inspetor, gramático) induziram-no sem dúvida a refletir longamente sobre o assunto. A G.P.L.P. traz manifestos, diversas vezes, os anseios a favor do ensino para todos desde a infância, como solução para as inferioridades sociais. Suas preocupações voltavam-se ainda para uma melhor abordagem pedagógica, pela formação dos mestres e reforço à rede escolar em si mesma. E embora os interesses pelo ensino sejam um tanto gerais, eles são muitas vezes expostos com grande ênfase no

que se refere à gramática:

É verdade que de muito tempo a esta parte se tem entregado o ensino d'estas duas partes da Grammatica Portugueza (ortoépia e ortografia) aos mestres de escola, pela maior parte pouco habéis... É justo pois que a coisa torne a seu dono, e que os grammaticos tomem outra vez a si esta parte da Grammatica... pois que tem sido tão mal desempenhada em mãos estranhas.(p.VIII-IX).

Inquieto com o ensino e com os destinos da gramática, Barbosa fez o que melhor poderia nesse sentido. Com a publicação de obras de cunho gramatical*, garantiu que sua visão da língua portuguesa, do ensino desta e da teoria lingüística em geral fosse divulgada e pudesse permanecer através dos tempos. Contrapôs-se ao espírito da época em que se faziam ora estudos especulativos gerais demasiadamente teóricos para o uso das escolas, ora manuais escolares medíocres, sem visão pedagógica nem bases lingüísticas mais profundas. Conseguiu uma tarefa de difícil execução - a união entre teoria e prática lingüística que, seguida à risca, poderia ter mudado o panorama do ensino da língua em seu país: *"Os professores alfabetizadores se vêem frustrados pelas nossas gramáticas, mas se conhecessem a G.P.L.P., sem dúvida, mudariam muito seu próprio modo de encarar a fala, a escrita e até mesmo o conceito de 'norma culta' e sua concepção de linguagem."*²⁰

A questão do ensino da língua em Soares Barbosa ligava-se no tipo de realidade que o cercava e sobre ele exercia influên-

* *Eschola popular das primeiras letras, dividida em quatro partes - (1796): as duas línguas ou grammatica philosophica da língua portugueza, comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo - (1807); e Grammatica Philosophica da Língua Portugueza - (1822).*

cia. Do contexto estrangeiro, mais amplo, absorveu um conhecimento dos clássicos gregos e latinos, da filosofia medieval – possivelmente de Santo Agostinho – e de grandes nomes do pensamento lingüístico moderno. É, no entanto, estranhável não vê-lo fazer menção aos lingüistas do Iluminismo europeu, sobretudo aos gramáticos generalistas (Condillac, Beauzée, Harris) e à filosofia de Leibniz, mesmo quando as posições desses autores pareçam estar refletidas em sua produção. A intelectualidade portuguesa, por seu lado, parece ter apresentado influência mínima sobre os estudos e produção de Barbosa, que se refere aos contemporâneos em tom acerbo, já que sua posição lingüística se contrapunha, em especial, às posturas normativas desses estudiosos da linguagem. Para o autor, eles não haviam ainda conseguido ultrapassar o modelo latino em suas abordagens gramaticais. Na introdução à G.P.L.P., após fazer referências à obra de seus antecessores e contemporâneos, ele assim se exprime:

Mas todas estas grammaticas, além de muitos erros e defeitos particulares, que nos seus logares notarei, tem o comum de serem uns systemas meramente analogicos, e fundidos todos pela mesma fôrma das grammaticas latinas; e nesta mesma consideração ainda mui imperfeitos por falta de muitas observações necessarias sobre o genio particular e character da Lingua Portugueza. (p. XIII).

As críticas que pontuam a G.P.L.P. podem dirigir-se de forma geral à produção gramatical da época:

Os grammaticos modernos chamam **articulações** a estas consonâncias. E com effeito o são mas, como as vozes também são articulações, não é próprio este nome para distinguir umas das outras. O de consonancias caracteriza melhor a natureza particular d'estas modificações... (p.6)

Ou serem de cunho mais particular, fazendo referência a uma determinada obra ou autor:

Por falta d'esta distincção nascida mesmo da natureza adverbial, que requer necessariamente uma reducção ou na preposição ou no complemento, confundiram tudo nossos grammaticos... Taes são: *sem duvida, de nenhuma sorte, porque, porque razão, do mesmo modo, na verdade,* que Argote e Lobato contam como adverbios. (p.236).

Mas, geralmente, toda a crítica emitida por Barbosa parece ter por função contrapor as abordagens tradicionais (mais limitadas em geral) à própria maneira pela qual ele concebe a obra, freqüentemente mais ousada e inovadora. De certo modo, o autor se utilizou da produção de seus compatriotas para dar maior ênfase e destaque à sua própria.

Com algumas palavras finais, é possível rematar esse perfil do pensador português setecentista que se chamou Jerônimo Soares Barbosa. Foi feito um esboço que não se desejou plano, mas tridimensional, desdobrado nas dimensões distintas do **homem público**, do **pensador** e do **lingüista**. E talvez agora possa-se então repetir a respeito de Soares Barbosa e de sua obra o que Paul CHALUS comenta a respeito do ensaio de Lucien Febvre sobre Rabelais: "*E o leitor vê desenhar-se pouco a pouco um Rabelais repleto de vida e de verdade, bem do seu século e no entanto 'avançado' para o século*"...²¹ Como Rabelais, Soares Barbosa não teria também sido um setecentista avançado para seu tempo?

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹SOARES BARBOSA, J. *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral, applicados a nossa linguagem.* 5.ed. Lisboa, Typ Academia Real das Sciencias, 1871. A partir desta, todas as citações referentes à obra serão indicadas somente pelo número da página.

²SILVA, I.F. *Diccionario bibliographico portuguez.* Lisboa, Impr. Nacional, 1858. v.11, p.275.

³SILVA, v.11, p.275.

⁴FALCON, F.J.C. *A época pombalina.* São Paulo, Ática, 1982. p.423.

⁵CRETELLA JR., J. *Novíssima história da filosofia.* 3 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976. p.82.

⁶NARO, A. Para o estudo da gramática transformacional. *Estudos lingüísticos.* São Paulo, 3(12):30, 1968. p.30.

⁷LOPES, E. Um protótipo da gramática gerativa portuguesa: a gramática de Soares Barbosa. *Alfa,* São Paulo, 30/31:41, 1986-1987. p.41.

⁸HESSEN, J. *Teoria do conhecimento.* Coimbra, A. Amado, 1980. p.66.

⁹HESSEN, p.64.

¹⁰Ordem de Santa Cruz de Coimbra que seguia a observância da regra de Santo Agostinho, adotando a mesma insígnia, uma cruz, de onde lhe veio este nome. (Cf. GRANDE Enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa, s.d. v.3, cap. 1, p.15).

¹¹A.NARO e E.LOPES colocam algumas restrições à aproximação da G.P.L.P. com a gramática gerativa. Para Naro, Soares Barbosa não conseguiu atingir a meta da precisão, além de desconsiderar a possibilidade de a gramática não ter uma relação óbvia com o ato da fala. Lopes, por sua vez, considera que os níveis de descrição da língua estão "baralhados de modo quase inextrincável". Mais grave ainda, segundo Lopes, é a redução de todas as culturas a uma única 'cultura universal', a par do entendimento de que as palavras das diferentes línguas não passam de meros rótulos diferentes aplicados sobre a mesma realidade. (Cf. NARO, p.28-9; LOPES, p.50).

¹²LOPES, p.43.

¹³BEAUZÉE, cit. por CHOMSKY, N. *Linguística cartesiana*. Petrópolis, Vozes, 1972. p.66.

¹⁴CONDILLAC, cit. por ARENS, H. *La linguística, sus textos y su evolución, desde la antigüedad hasta nuestros días*. Madrid, Gredos, 1975.

¹⁵CAGLIARI, L.C. A escrita na gramática de Jerônimo Soares Barbosa. *Grupo de estudos lingüísticos*. Campinas, 10(1):94-5, 1985. p.93.

¹⁶CAGLIARI, p.93-4.

¹⁷SOARES BARBOSA, p.xii.

¹⁸CAGLIARI, p.96-7.

¹⁹CAGLIARI, p.96.

²⁰CHALUS, P. Apresentação. In: FEBVRE, L. *O problema da descrença no século XVI; a Religião de Rabelais*. Lisboa, Início, 1970.

CONCLUSÃO

CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUMAS MANEIRAS DE PENSAR O FALAR

*O tempo é a substância da qual
somos feitos.* JORGE LUIS BORGES

Embora o nome de Jerônimo Soares Barbosa venha recebendo citações em estudos de lingüística da língua portuguesa, pouco se conhece sobre esse intelectual, sendo natural que os debates acerca de sua obra induzam freqüentemente a uma interrogação: afinal, o que se conhece realmente sobre Jerônimo Soares Barbosa? Contribuir para responder a essa pergunta foi o móvel da presente pesquisa.

O caminho encetado nessa direção, buscando captar Soares Barbosa em sua obra e em seu tempo, possibilitou formular algumas respostas que finalmente se delineiam ao final do percurso.

Sabe-se agora, que a vida e a carreira dessa personalidade foram ricas em realizações. Enquanto professor, pedagogo, inspetor de ensino, religioso, ele esteve efetivamente presente em seu contexto histórico. Nesse sentido apareceu como um agente do aparelho administrativo, cujas posições - questionáveis ou não - foram bastante claras. Deixou sua crítica aos intelectuais e profissionais de ensino da época, moldando-se aos anseios governamentais, sobretudo os reformistas, que pareciam coincidir com seu pensamento. Buscou melhorar as condições sociais pela adequação dos menos favorecidos às normas e à cultura das elites e

não pareceu questionar a estratificada organização social portuguesa, em cujos quadros era favorecida sua própria ordem social, o clero.

Firme em sua postura sócio-política, o caráter conservador dessa faceta foi, porém, se esmaecendo à medida em que se esboçava sua dimensão filosófica, muito mais inovadora. Merecem ser lembradas aqui as palavras elogiosas que se referiram à sua argúcia e senso crítico:

... sua lição não era cega e escrava...era feita com sabia escolha e reflexão, e com aquella liberdade prudente que os homens bons philosophos e críticos praticam hoje...¹

Tais características, a par de uma vasta erudição, permitiram-lhe realizar uma avançada revisão no pensamento filosófico então dominante em Portugal, conseguindo estabelecer para si as premissas epistemológicas de que partiria em seus estudos sobre linguagem. Deixou-se seduzir principalmente pela teoria cartesiana, que o influenciou não apenas ao nível teórico, como na forma de argumentação: clara, precisa, objetiva e rigorosa.

Todavia, se Jerônimo Soares Barbosa é hoje um homem mencionado nos meios lingüísticos, tal posição não se deve nem à sua atuação política, nem mesmo à extensa produção clássica, religiosa e pedagógica. A notabilidade lhe veio de um momento final de sua vida, de um fruto da idade madura, do ápice de toda uma existência de trabalho e reflexão, que lhe permitiram elaborar uma obra que o inscreveu solidamente na História da Gramática Portuguesa. O século XX, resgatando a ele e à sua obra, perceba-lhe o mérito de ter sido o primeiro lingüista português a descrever e procurar explicar os fatos da língua portuguesa encarando-

a tal qual é em si própria e não sob molde de qualquer outra língua. A partir de seu cabedal de conhecimentos, construiu um modelo próprio de explicação da língua que, embora ignorado por quase dois séculos, é valorizado contemporaneamente pela largueza de horizontes com que foi elaborado.

Essas conclusões demonstram a importância de se refletir não só sobre o autor, mas também sobre o contexto em que se inseriu e que lhe possibilitou a obra, porque Soares Barbosa foi, antes de tudo, um homem afinado com o seu tempo. Seu caráter inovador reside talvez na extrema sensibilidade com que soube compreendê-lo e resumir-lhe as idéias. Esse gramático foi principalmente um grande sintetizador do pensamento mais avançado da época, introduzindo-o em sua gramática. Se não foi original, foi talentoso enquanto organizador de teorias filosóficas e lingüísticas, como o comprova a opinião da crítica lingüística contemporânea:

Está fora de dúvida que a Grammatica Philosophica não só compendiou de modo exemplar a melhor ciência lingüística de seus dias, como elaborou, assim fazendo, o protótipo iluminista da primeira gramática gerativa da língua portuguesa. E, a esse título, ela ficará.²

Sintetizar foi, portanto, uma das grandes virtudes de Soares Barbosa, pois não só os homens que criam idéias entram para a História, mas também aqueles que sabem compreendê-las e divulgá-las.

Essas reflexões, bem como as conclusões que foram parcialmente atingidas, configuraram-se apenas como trabalho preliminar aos estudos sobre Jerônimo Soares Barbosa e não eliminam as possibilidades de colocarem-se questões a que o próprio trabalho deu ensejo. Dentre elas, surge em primeiro lugar, a dúvida relativa às características inovadoras das posturas do autor, pois nem sempre se aceita considerar Soares Barbosa como um gramático revolucionário ou pensador avançado. Uma pergunta, entretanto, se põe: compreender profundamente seu tempo, afinal, já não é estar à frente dele?

A próxima consideração que se vislumbra neste final de estudo, deriva da anterior e volta-se para as contribuições que o pensamento do autor pôde trazer à comunidade lingüística europeia, já que seu aporte para os estudos da língua portuguesa é evidente:

Sem dúvida, hoje fica a GPLP com um marco histórico isolado, como o primeiro tratado de lingüística da língua portuguesa, na acepção moderna do termo, e uma das mais importantes gramáticas já escritas.³

Colocar, porém, Jerônimo Soares Barbosa mais como um pensador *europeu* do que como pensador *português* não seria valorizar tão somente sua dimensão de homem avançado para seu contexto? Ou seria responsabilizar um ambiente que lhe impediu acesso a maiores oportunidades de aprimoramento e intercâmbio?

Outro enfoque atraiu igualmente a atenção nessa caminhada empreendida em busca do autor. Mais que um cientista da linguagem Soares Barbosa foi um profissional que soube passar da teoria à prática lingüística na elaboração de obras gramaticais. Esse senso prático de operacionalização marcou-o com caráter sin-

gular, que talvez o coloque não apenas dentro da corrente racionalista, mas no avançado pensamento iluminista do final do século XVIII. É algo a se questionar.

Pois de questionamentos este estudo não se furtou. Ele tentou questionar a Europa da Idade Moderna, sua organização, seus problemas, suas mentalidades. Depois inquiriu o pensamento setecentista, os grandes filósofos, os primeiros lingüistas. E finalmente ele procurou, se não abrir caminhos, pelo menos apontar direções para que outros interroguem o lingüista Jerônimo Soares Barbosa, um homem que soube um dia começar a questionar:

Porém se o espírito se adianta a indagar e descobrir, nas leis phisicas do som e do movimento dos corpos organicos, o mecanismo da formação da linguagem e nas leis psychologicas as primeiras causas e razões dos procedimentos uniformes que todas as linguas seguem na analyse e enunciação do pensamento, então o sistema que d'aquí resulta, não é já uma grammatica puramente pratica, mas scientifica e philosophica. (p.XI).

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹SILVA, I.F. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa, Impr. Nacional, 1858. Tomo XI, p.275.

²LOPES, E. Um protótipo da gramática gerativa portuguesa: a gramática de Soares Barbosa. *Alfa*, São Paulo, 30/31:41, 1986-1987. p.50.

³CAGLIARI, L.C. A escrita na gramática de Jerônimo Soares Barbosa. *Grupo de estudos lingüísticos*. Campinas, 10(1):94-5, 1985. p.97.

ANEXOS

ANEXO I

DADOS BIOGRÁFICOS

DADOS BIOGRÁFICOS

Jerônimo Soares Barbosa nasceu em Ansião, na diocese e comarca de Coimbra, em 1737, e faleceu provavelmente em 1816.

Estudante no Seminário Episcopal de Coimbra, foi ordenado presbítero em 1762. Prosseguindo sua formação, recebeu o grau de Bacharel em Direito Canônico na Universidade de Coimbra em 1768 onde lecionou Retórica e Poética no Colégio das Artes de 1766 a 1790.

Na Universidade especializou-se em estudos dos retóricos gregos e latinos, trabalhando com traduções de clássicos para o português, muitas vezes acompanhados de notas críticas e comentários. Neste caso estão *Institutiones oratorical*, de Quintiliano e *Poética* de Horácio.

Em 1789 assumiu a posição de Correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e foi promovido à classe de Sócio-Livre em 1803.

Foi jubilado na cadeira de Retórica e Poética em 1790 e nomeado em 1792 visitador das escolas de primeiras letras e língua latina da Provedoria de Coimbra. A partir de 1792 passou também a ser encarregado de promover e dirigir as edições de autores clássicos para uso nas escolas. Em 1799 foi nomeado deputado da junta da Directoria Geral dos Estudos.

Paralelamente à atividade docente, Jerônimo Soares Barbosa desenvolveu um trabalho intelectual que abrange áreas como a filosofia, a gramática, a literatura e a pedagogia.

OBRAS DE JERÔNIMO SOARES BARBOSA

1) Obras publicadas em vida do autor:

- *Oratio in gratiarum actionem Josepho I Lusitanorum Regi-Fidelisumo*, habita conimbrica in Gymnasio Público, et corum frequenti Academia V.Non - 1766.— *Oratio auspicalis*, habitae Conimbricae in Gymnasio Maximo. 1767. *Institutiones Oratoriae Marco Fabio Quintiliano*, ad usum scholarum — 1786. *Instituições Oratórias de Marco Fabio Quintiliano*, escolhidas de seus XII livros, traduzidos em linguagem, e ilustrados com notas críticas históricas rethoricas para uso dos que aprendem. Ajustam-se no fim as peças originaes de eloquencia citadas por Quintiliano no corpo d'estas instituições — 1788. *Poetica de Horácio*, traduzida e explicada methodicamente para uso dos que aprendem — 1791. *Eschola popular das primeiras letras*, dividida em quatro partes — 1796. *Do coração de Jesus, ou explicação da abertura do lado de Jesus Christo*, segundo o Evangelho de S. João. — 1802. *Epítome Universae Historiae e Lusitanae*, ad usum Schol. Rhetorico-Historic- 1805. *As duas linguas ou Grammatica philosophica da lingua portugueza*, comparada com a Lätina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo — 1807.

2) Obras Póstumas:

- *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou princípios da grammatica geral*, applicados à nossa linguagem - 1822. *Mundo allegorico ou plano da religião cristã*, representado no plano do universo. — 1857-1859. *Analyse dos Lusíadas de Luis de Camões*, dividida por seus cantos, com observações críticas sobre cada um delles — 1859. *Excellencias da Eloquencia popular*, compostas na lingua italiana por Luis Antonio Muratori, e tradu-

zidas na portuguesa — 1859. *Orationes XV habitae in Academia Coinimbricensi, et Epistolae Nuncupatoriae XX* — s/d.

3) Obras inéditas

- *Observações grammaticaes sobre os princípios classicos da lingua portuguesa. Tentativa sobre a inscripção incõgnita do Valle Nogueiras. Philippicas de Demostenes. Traduzidas do grego em português e ilustradas com notas críticas, historicas, geographicas e biográficas.*

vida. Discurso sobre Phedro. Dissertação sobre o sentido d'esta passagem de Horácio: "Aut famam seguere, aut sibi convenientio finge". Dissertação sobre os costumes poeticos. Regras da poesia pastoril. Apontamento sobre as regras da poesia bucolica, mostradas nas eglogas de Virgilio. Observações poeticas e rethoricas aos quatro primeiros livros da "Eneida" de Virgilio. Analyse e observações rethoricas do discurso de Cicero a favor do poeta Archias Preleção sobre a definição de rethorica. Arte breve de latinidade. Memorias da lingua portugueza. Memorias sobre os estudos philologicos da Universidade de Coimbra de 1290 até a sua trasladação para Coimbra em 1537.

A elaboração dos dados biográficos e o arrolamento das obras de Jerônimo Soares Barbosa foi possível, basicamente, com o auxílio das seguintes publicações:

- 1 CAGLIARI, L.C. A escrita na gramática de Jerônimo Soares Barbosa. *Grupo de Estudos Lingüísticos*, Campinas, 10(1): 93-7, 1985.
- 2 GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa, s.d. V.4, p.193.
- 3 LOPES, E. Um protótipo de gramática gerativa portuguesa: a gramática de Soares Barbosa. *Alfa*, São Paulo, 30/31: 37-53, 1986/1987.

- 4 MALACA CASTELEIRO, J. *Jerônimo Soares Barbosa: um gramático nacionalista do século XVIII*. Lisboa, Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa, s.d.p.101-10.
- 5 NARO, A. Para o estudo da gramática transformacional. *Revista Brasileira de Lingüística Teórica Aplicada. Estudos lingüísticos*. São Paulo, 3(12):30, 1968. p.30.
- 6 SILVA, I.F. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa, Impr.Nacional, 1858-1914. v.1, p.XXI; v.2, p.276-8; v.10, p.135; v.11, p.275.

ANEXO II

A GRAMMATICA PHILOSOPHICA DA LINGUA PORTUGUEZA (G.P.L.P.)

Esta obra foi publicada postumamente em 1822 por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa. A introdução data de 24 de junho de 1803, época provável de sua conclusão. Tem-se notícia de sete edições, respectivamente em 1822, 1862, 1866, 1871 e 1881. Não há praticamente diferenças entre essas edições e existem exemplares de todas elas na Biblioteca Nacional de Lisboa.

A obra está dividida em duas partes – assim como a gramática de Port-Royal – que tratam respectivamente dos aspectos materiais e lógicos da língua. A primeira, que trata da parte "mecânica", subdivide-se em *Orthoepia* (fonética) e *Orthographia*. A segunda parte contém a *Etymologia* (morfologia) e a *Syntaxe*.

LIVRO I

A *Orthoepia* apresenta um estudo detalhado dos sons do português de um duplo ponto de vista, articulatório e acústico. Corresponde ao livro I e está dividida em oito capítulos. Utilizando terminologia própria, o autor descreve as *vozes* (sons que correspondem às vogais) em duas classificações:

Puras (Á, A, Ê, Ê, E, [E, i] , I, Ó, O, [O, U] U) e

Nasais (Ã, ã, Ê, Ê, Ì, Õ, Õ, Û) perfazendo ao todo vinte *vozes*.

Soares Barbosa ainda considera as diferenças entre **grande**, **pequeno**, **aberto**, **fechado**, **ambíguo**, **comum** e **surdo** para as **puras** e **claro** e **surdo** para as **nasais**. Em seguida realiza o estudo das *con-*

sonâncias (sons que correspondem às consoantes), para as quais determina o número de vinte e uma na língua portuguesa. Em seu estudo utiliza as distinções labial pura, labial dental, lingual gutural, lingual dental, lingual palatal sibilante, lingual palatal chiante, lingual palatal nasal e lingual palatal pura ou tremolante. A essas categorias aplica ainda as diferenças entre forte, branda e nasal. Cabe notar aqui que não há uma preocupação de distinção rigorosa e sistemática. "FORTE" pode se opor a "BRANDA" ou a "NASAL" ou a "LÍQUIDA". Depois, o autor passa a analisar os ditongos da língua portuguesa e ao final dessas considerações formula algumas regras prosódicas que passa então a demonstrar nos últimos capítulos. É digno de nota que Soares Barbosa trata da intensidade com a terminologia e o esquema geral da acentuação melódica do latim. O último aspecto estudado são os acentos, para os quais Soares Barbosa formula alguns princípios gerais que depois são transformados em regras. De modo geral, observa-se que as interpretações sincrônicas estruturais superam as interpretações diacrônicas, nem sempre corretas.

LIVRO II

O segundo livro é destinado à *Orthographia*. Esse estudo é original, e o autor propõe aí explicações sobre as funções e usos das letras e de suas relações com os sons da fala. Expõe brevemente alguns princípios gerais e inicia, em seguida, a demonstração de regras ortográficas. Postula uma reformulação ortográfica para que a escrita se aproxime da fala, operacionalizando mesmo essa proposta no capítulo III, que é todo escrito em grafia fonêmica. Ao contrário das gramáticas tradicionais, a G.P.L.P. assume que a realidade da escrita é uma e a realidade oral é ou-

tra e que valia mais a pena descrever a língua pela realidade oral, não escrita. Soares Barbosa, ainda nesse livro, posiciona-se contra o ensino da língua pela via ortográfica e revoluciona as idéias comuns sobre alfabetização propondo que os alunos aprendam primeiro a escrever e depois a escrever ortograficamente. Reorganizou o alfabeto, tornando-o fonético para que as pessoas reconheçam os sons básicos da língua portuguesa e possam, a partir da fala, escrever a língua com a ortografia da pronúnciação. É incontestado o valor de todas essas considerações de Soares Barbosa para uma reflexão, sem preconceitos, sobre os problemas da relação entre a fala e a escrita.

LIVRO III

O terceiro livro se ocupa da *Etymologia*, ou seja, do que modernamente é conhecido por Morfologia. Soares Barbosa consegue descolar-se do modelo latino propondo para o português as seguintes categorias gramaticais: interjeição, nome substantivo, nome adjetivo de que são subclasses o artigo e pronome, verbo, preposição, advérbio e conjunção. Tais categorias são organizadas por ele em duas classes: as **interjectivas** ou **exclamativas** e as **discursivas** ou **analíticas**. Para Soares Barbosa, as primeiras representam os sentimentos e as percepções de modo natural e global e as segundas, através de um método "artificial e analítico". Estas últimas subdividem-se, por sua vez, em **nominativas** (nome substantivo e nome adjetivo) que nomeiam as idéias e em **combinatórias** ou **conjuntivas** (verbo substantivo, preposição e conjunção), que combinam as idéias entre si. Essa divisão é bastante singular no quadro das gramáticas de então. Esse livro contém a exposição de muitas das idéias lingüísticas de Soares Barbosa, algu-

mas delas de indiscutível brilho. Por exemplo, é notável a separação que o autor opera entre as interjeições e as palavras propriamente ditas. E mais: que perceba que as palavras comuns podem ser usadas interjectivamente. Cabe ressaltar também a exaustiva preocupação do autor na descrição dos verbos, dedicando-lhes quase cem páginas da sua gramática. Distinguem-se duas classes fundamentais de verbos: o **verbo substantivo**, com um único elemento - verbo SER, e os **verbos adjetivos**, que são todos os demais. Soares Barbosa parte, nesse livro, do princípio de que os elementos do pensamento pré-estabelecem as categorias lingüísticas, ou seja, o *sistema etymologico* está fundado sobre o *sistema lógico* das idéias, que é o mesmo por toda a parte. Daí o caráter **geral** da gramática.

LIVRO IV

A *Syntaxe* é o resumo das idéias filosóficas do autor sobre a relação entre a organização mental e a expressão lingüística. A esta relação correspondem a **syntaxe propriamente dita**, um nível de organização mais profundo, e a **construção**, ou seja, um nível de superfície. Essa distinção despertou interesse em alguns dos gramáticos gerativistas por partir do mesmo pressuposto da conhecida diferença chomskyana entre estrutura profunda e estrutura de superfície. Soares Barbosa tenta extrair aí certos princípios universais da organização do pensamento em linguagem, certos mecanismos recorrentes, como por exemplo a relação de **identidade** entre as idéias - fundamento da sintaxe de concordância - ou a **relação de determinação** entre as mesmas - fundamento da sintaxe de regência.

Para ele, a língua é o método empregado pela mente para

fixar e analisar pensamentos, a partir de três operações: **concepção, julgamento e raciocínio**. Na primeira, a mente forma idéias de dois tipos: **diretas**, quando são causadas por impressões sensoriais e **reflexas**, quando são formadas por abstração. Na segunda operação, a mente compara e combina idéias, ou com elas mesmas ou com outras idéias. A terceira operação combina julgamentos. Todas essas operações refletem-se no discurso, que não passa de uma série de julgamentos expressos em palavras, o que resulta que tal discurso deve consistir meramente em uma série de **proposições**. Aí está a explicação básica da organização sintática de Soares Barbosa, cujas reflexões despertam o interesse para uma série de trabalhos que investiguem a fundo essas questões.

O quarto livro está dividido em seis capítulos que tratam da sintaxe de concordância e de regência em primeiro lugar e da construção "direita e invertida" após. O final do livro, como o da própria G.P.L.P. é uma aplicação dos princípios da gramática aos **Lusíadas** de Camões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 AGOSTINHO, S. Confissões de magistro (do mestre). In: *Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1973.
- 2 ARENS, H. *La lingüística, sus textos y su evolución desde la antigüedad hasta nuestros días*. Madrid, Gredos, 1975.
- 3 ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *General and rational grammar: the Port-Royal grammar*. Paris, Mouton, 1975.
- 4 AZEVEDO, J.L. *O Marquês de Pombal e a sua época*. 2 ed., Rio de Janeiro, Anuario do Brasil, 1922.
- 5 BACHELARD, G. *L'actualité de l'histoire des sciences*. Paris, 1951. Conférences du Palais de la Découverte. Cópia xerográfica.
- 6 BACON, F. *Novum organum*. In: *Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1984.
- 7 BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa, 1957.
- 8 BESSON, W. História. In: *Enciclopédia Meridiano-Fischer*. 1965. p.258-76.
- 9 CANGUILHEM, G. *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*. Lisboa, Ed. 70, 1977.
- 10 CAGLIARI, L.C. A escrita na gramática de Jerônimo Soares Barbosa. *Grupo de estudos lingüísticos*. Campinas, 10(1): 93-7, 1985.
- 11 CARDOSO, C.F. *Uma introdução à história*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 12 CARRETER, F.L. *Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII*. Madrid, Espejo, 1849.
- 13 CARVALHÃO BUESCU, M.L. *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa, Sá da Costa, 1984.
- 14 _____. *Introdução à gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira*. Lisboa, Impr.Nacional, 1975.
- 15 CASPER, B. O agir da linguagem. *Revista portuguesa de filosofia*. Braga, 44(1): 63-80, jan/mar.1988.

- 16 CHATELET, F. *O iluminismo; o século XVIII*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- 17 CHERVEL, A. *Histoire de la grammaire scolaire*. Paris, Payot, 1981.
- 18 CHOMSKY, N. *Linguística cartesiana*. Petrópolis, Vozes, 1972.
- 19 CIDADE, H. *Portugal histórico-cultural*. Lisboa, Presença, 1985.
- 20 COMO interpretar Pombal? No bicentenário a sua morte. Lisboa, Ed. Brotéria, 1983.
- 21 CONDILLAC; HELVETIUS; DEGERANDO. Textos escolhidos. In: *Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1983.
- 22 CORREIA, A. *Ensaio políticos e filosóficos*. São Paulo, Convívio, 1984.
- 23 CORTESÃO, J. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1956.
- 24 CRETELLA JR., J. *Novíssima história da filosofia*. 3 ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.
- 25 CROUZET, M. *História geral das civilizações: o século XVIII*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1957.
- 26 DARNTON, R. *Boémia literária e revolução; o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- 27 _____. *O grande massacre de gatos; e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- 28 DASCAL, M. *Leibniz: language, signs and thought; a collection of essays*. Amsterdam, J. Benjamins, 1987.
- 29 DESCARTES, R. *O discurso do método*. In: *Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1973.
- 30 DONZÉ, R. *La grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*. Berne, Francke, 1967.
- 31 FALCON, F.J.C. *A época pombalina*. São Paulo, Ática, 1982.
- 32 FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre, Globo, 1977.
- 33 FEBVRE, L. *O problema da descrença no século XVI; a religião de Rabelais*. Lisboa, Ed. Início, 1970.
- 34 GILSON, E. *Études sur le rôle de la pensée médiévale dans la formation du système cartésien*. Paris, J. Vrin, 1951.
- 35 GINZBURG, C. *Os andarilhos do bem; feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo, Schwarcz, 1988.

- 36 GODINHO, V.M. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa, Arcádia, 1977.
- 37 GRANDE enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa, s.d., v.3, 4.
- 38 GUERREIRO, M.A.L. *Problemas de filosofia da linguagem*. Niterói, EDUFF, 1985.
- 39 HARNOIS, G. *Les théories du langage en France de 1660 a a 1821*. Paris, Sociêté Ed.Belles Lettres, 1928.
- 40 HAUSER, A. *História social da literatura e da arte*. São Paulo, Mestre Jou, 1980-1982. 2 v.
- 41 HAUSMANN, T.J. Louis Meigret, humaniste et linguiste. *Historiographia linguistica*, Amsterdam, 7(3):335-50, 1980.
- 42 HERNANDES TERRÊS, J.M. La herencia de la retórica clásica en la Minerva. *Historiographia linguistica*, Amsterdam, 12(3):373-87, 1985.
- 43 HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. Coimbra, A.Amado,1980.
- 44 HOBBSAWN, E.J. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- 45 HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- 46 KIBBEE, D. John Palsgrave's L'Esclaircissement de la Langue Françoise (1530). *Historiographia linguistica*.Amsterdam, 12(1/2):27-62, 1985.
- 47 KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Lisboa, Ed.70, 1974.
- 48 LAGARDE, A.; MICHARD, L. *Les grands auteurs français; XVIIIè. siècle*. Paris, Bordas, 1970.
- 49 LAKOFF, R. La grammaire générale et raisonnée, ou la grammaire de Port-Royal. In: PARRET, H. *History of linguistics thought and contemporary linguistics*. Berkeley, University of California, 1976. p.348-73.
- 50 LEIBNIZ, G. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. In: *Os pensadores*. São Paulo, Abril, 1984.
- 51 LEITE DE VASCONCELOS, J. *Opúsculos: a filologia portuguesa*. Coimbra, Impr. Universidade, 1929. v.4.
- 52 LOPES, E. Um protótipo de gramática gerativa portuguesa:a gramática de Soares Barbosa. *Alfa*, São Paulo, 30/31:37-53, 1986/1987.
- 53 LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo, Nacional, 1979.

- 54 MALACA CASTELEIRO, J. *Jerônimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do século XVIII*. Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, s.d.
- 55 MONROE, P. *História da educação*. São Paulo, Nacional, 1985.
- 56 MOREL PINTO, R. Gramáticos portugueses do Renascimento. In: *Revista de Letras*. Assis, 2:123-5, 1961.
- 57 MOUNIN, G. *História da linguística*. Lisboa, Despertar, s.d.
- 58 MUCHEMBLED, R. *La culture populaire et la culture des élites dans la France moderne (XV^e-XVIII^e siècles)*. Paris, Flammarion, 1976.
- 59 NARO, A. Para o estudo da gramática transformacional. *Estudos linguísticos*. São Paulo, 3(1/2):18-36, dez.1968.
- 60 NEVES, M.H.M. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo, Hucitec, 1987.
- 61 NIETZSCHE. *Considérations inactuelles*. Ed. bilingüe. Paris, Aubier, 1964.
- 62 NOVAIS, F.A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1707-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- 63 OLIVEIRA MARQUES, A.H. *História de Portugal*. Lisboa, Pallas, s.d.
- 64 PRAÇA, L. *História da filosofia em Portugal*. Lisboa, Guimarães, 1974.
- 65 PRADO COELHO, J. *Dicionário das literaturas portuguesa, brasileira e galega*. Porto, Figueirinhas, 1960.
- 66 PRADO JR., C. *O que é filosofia?* São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 67 REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Gramática de la lengua castellana*. Nueva ed. Madrid, Viuda de Hernando, 1890.
- 68 REIS LOBATO, A.J. *Arte da gramática da língua portuguesa*. Paris, Aillaud, 1837.
- 69 REMOND, R. *O antigo regime e a revolução (1750-1815)*. São Paulo, Cultrix, 1976.
- 70 ROBBINS, R.H. *Pequena história da linguística*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979.
- 71 ROGIER, L. *Nova história da Igreja*. Petrópolis, Vozes, 1984. v.4, 5.
- 72 SARAIVA, S.H. *História concisa de Portugal*. Lisboa, Europa-América, 1981.

- 73 SCHAFF, A. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra, Almedina, 1974.
- 74 SERRÃO, J.V. *História de Portugal*. Lisboa, Verbo, 1980. v.6.
- 75 SILVA, I.F. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa, Impr.Nacional, 1858. v.1, 2, 10, 11.
- 76 SIRET, L.P. *Grammaire portugaise*. Paris, Mouton, 1854.
- 77 SOARES BARBOSA, J. *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios de grammatica geral, applicados à nossa linguagem*. 5 ed., Lisboa, Typ.Academia Real das Sciências, 1871.
- 78 TODOROV, T. *Teorias dos símbolos*. Lisboa, Ed.70, 1979.
- 79 TRINDADE, P. *Gramática, sociedade e ideologia: o processo de formação da gramática francesa, segundo André Chervel*. *Fragmenta*. Curitiba, 4:44-61, 1987.
- 80 VERNEY, L.A. *O verdadeiro método de estudar*. Lisboa, Sã da Costa, 1952. v.1.
- 81 VIVES, J.U. *Historia general moderna*. Barcelona, Montaner y Simon, 1952. 2 v.
- 82 WERNET, A. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo, Ática, 1987.